

CURSO DE CANDIDATOS À PROFISSÃO BANCÁRIA

CONTABILIDADE GERAL E FINANCEIRA



INSTITUTO DE FORMAÇÃO BANCÁRIA DE MOÇAMBIQUE

FICHA TÉCNICA

Autor do Texto - Base

Maria João Simões [IFB]

Responsável de Área

Teresa Pereira

Consultor Pedagógico

Helena Fontes

Revisão Linguística

Serafina Martins

Adaptação para Moçambique

Óscar Cossa IFBM]

Depósito Legal

N.º 84 732/94

1ª Edição - 3ª Tiragem (200 Exemplares) Junho de 1997

© IFB/IFBM

Reservados todos os direitos à Associação Portuguesa de Bancos. Instituto de Formação Bancária, de acordo com a legislação em vigor. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer processo, sem autorização prévia e escrita da APB-IFB.

Í N D I C E G E R A L

UNIDADE I - A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	4
OBJECTIVOS	4
CAPITULO I- A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5
QUESTÕES.....	5
A)INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA	6
B)A CONTABILIDADE E AS SUAS GRANDES DIVISÕES	11
C) DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA MAPAS FINAIS	12
D)LIVROS OBRIGATÓRIOS E RESUMO DO PROCESSO CONTABILÍSTICO	13
E)NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	15
CAPITULO 2- PATRIMÓNIO	18
A)ELEMENTOS PATRIMONIAIS.....	19
B)ELEMENTOS DO ACTIVO, CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	24
C)FLUXOS CONTABILÍSTICOS.....	27
CAPITULO3-LANÇAMENTOS DOS FACTOS PATRIMONIAIS. PRINCIPAIS REGRAS CONTABILÍSTICAS	29
A)ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO	30
B)CONTA - CARACTERIZACAO GERAL.....	35
Contas PGC.....	39
C)LANÇAMENTO	42
D)MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS.....	44
E)PROCESSO CONTABILÍSTICO.....	50
UNIDADE II - CONTAS DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE	57
RESULTADOS.....	57
CAPITULO-4 CONTAS DO BALANÇO	58
A)CONTAS DO ACTIVO	59
B)CONTAS DE CAPITAL PRÓPRIO.....	66
CAPITULO 5- CONTAS DE RESULTADOS	67
A)DEFINIÇÃO	68
B)CONTEÚDO DAS CONTAS DE RESULTADOS	70
CAPITULO 6- CONSTRUÇÃO DO BALANÇO	76
A)ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS	77
B)CONSTRUÇÃO DO BALANÇO	80
CAPITULO 7- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	84
A)CONSTRUÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	86
UNIDADE III- INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE BANCÁRIA	89
INTRODUÇÃO	89
OBJECTIVO.....	89
CAPITULO 8 -NORMALIZAÇÃO CONTABILISTICA NA ACTIVIDADE BANCÁRIA	89
A)CLASSIFICAÇÃO DO PLANO DE CONTAS.....	91
B)NORMAS E PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS.....	96
C)CONTAS DO BALANÇO E EXTRAPATRIMONIAIS.....	99
D)MATRIZ DE COERÊNCIA - RELAÇÃO ENTRE CONTAS AUTONOMAS E ASSOCIADAS.....	107
CAPITULO 9- NORMAS ESPECIFICAS DE CONTABILIZAÇÃO	109
A)OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	110
B)PERIODIFICAÇÃO DE CUSTOS E PROVEITOS.....	114
C)CRÉDITO VENCIDO E PROVISÕES.....	117
D)CONTAS INTERDEPARTAMENTAIS.....	120
BIBLIOGRAFIA	123

UNIDADE I - A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Contabilidade de uma empresa constitui um sistema de informação. Os dados de entrada — *input* — são valores representativos, em termos monetários, da actividade da empresa. Os dados de saída — *output* — são compostos também por elementos expressos em termos monetários sobre a situação patrimonial da empresa em cada momento, resultantes das transformações "operadas" pelos actos de gestão e outros factos ligados à sua actividade.

O sistema contabilístico regista, então, através das suas técnicas e regras, fruto de convenções, esse conjunto de fluxos, procedimentos e operações com o Objectivo de os transportar, armazenar, tratar, validar e gerir.

A informação resultante desta actividade é fundamental na vida da empresa, por isso mesmo começaremos por estudar os aspectos relacionados com a informação veiculada pelo sistema contabilístico, para depois tratarmos a problemática da normalização contabilística.

OBJECTIVOS

No final desta Unidade, deverá estar apto a:

- Descrever a Contabilidade como um sistema de tratamento e fornecimento de dados (informação) indispensáveis para planear, orçamentar e gerir a actividade de uma empresa num dado universo económico.

CAPITULO I- A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

QUESTÕES

- Quais são os requisitos da informação contabilística?
- Quem utiliza a informação?
- Como se divide a contabilidade?
- Quais são os livros obrigatórios?

PLANO

- A) **Informação contabilística;**
 - Requisitos da Informação
 - Utilizadores da Informação
- B) **A Contabilidade e as Suas Grandes Divisões**
- C) **Documentos de Informação Contabilística**
 - Mapas Finais
 - Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
- D) **Livros Obrigatórios e Resumo do Processo Contabilístico**
 - Livros Obrigatórios
 - Resumo do Processo Contabilístico
- E) **Normalização Contabilística**
 - Vantagens
 - O Plano Geral de Contabilidade

A) INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

A Contabilidade tem como principal objectivo fornecer informação económica e financeira sobre a actividade da empresa tendo em vista a tomada de decisões.

1 - A informação económica está presente na Demonstração de Resultados Líquidos, pois esta mostra como se formaram os resultados (lucros ou prejuízos).

2 - A informação patrimonial e financeira está representada no Balanço.

3 - Input - entrada de dados

4 - Output - saída de dados

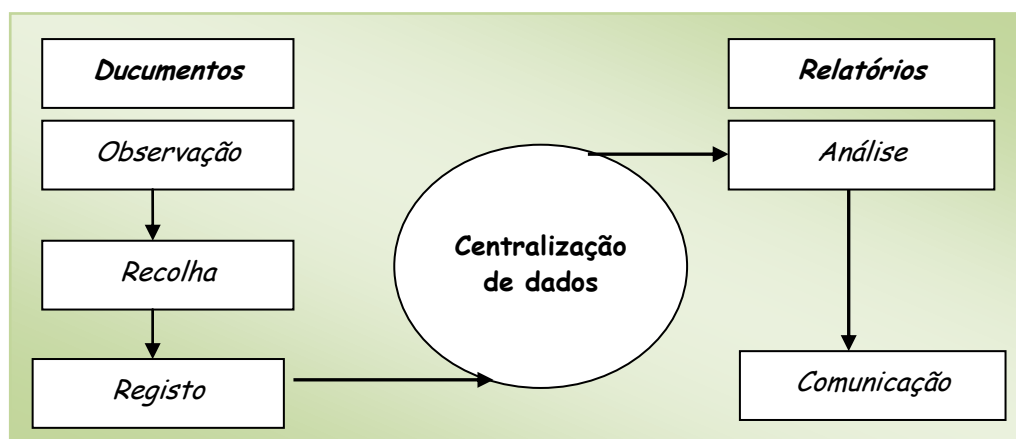
Assim, através da Contabilidade, obtém-se informação sobre:

- A capacidade da empresa para gerar lucros (**informação patrimonial e financeira**)¹.

O conjunto de bens, direitos e obrigações da empresa, bem como a forma de se financiar e dispor do capital para responder às suas necessidades (**respectivamente informação patrimonial e financeira**)²

Para atingir esta meta, a Contabilidade desenvolve várias acções de centralização de dados, que se realizam numa sucessão de fases que vão da observação, recolha, registo e análise de dados a comunicação da informação produzida aos seus utilizadores.

Sendo assim, a Contabilidade constitui um sistema de informação aberto, pois está sempre a aceitar novos *inputs*³ e a produzir para o exterior novos *outputs*⁴.



Na empresa, a Contabilidade constitui um sistema de informação bastante importante, porque encerra em si a expressão monetária de toda a sua actividade. Permite verificar e seguir todos os movimentos e todas as transformações sofridas pelos capitais confiados a empresa, estabelecer o custo de cada produto, evidenciar o resultado auferido, obter dados sobre a evolução dos negócios e a melhor forma de os orientar.

A informação contabilística adquire, por isso, grande significado, diremos mesmo uma importancia primordial, na tomada de decisões da empresa e mesmo fora dela.

Requisitos da Informação

A informação contabilística deve:

1 Exercício económico: corresponde ao período de um ano que, em Portugal, coincide com o ano civil, isto é, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.

- **Ser relevante** e comunicada **oportunamente** para poder ser útil à tomada de decisão;
- Conter dados **fiáveis**, que sejam **credíveis e neutros**, de modo a assegurar a qualidade da decisão;
- Permitir a **comparação**, quer da empresa, ao longo dos vários exercícios económicos¹, quer das empresas entre si.

Vejamos, mais detalhadamente, estes requisitos:

Relevância: é a qualidade que a informação contabilística tem para influenciar as decisões dos seus utentes, ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações.

Para que esta condição se cumpra, é então essencial o seguinte requisito:

Oportunidade: é o requisito que impõe que a informação esteja disponível no prazo mais curto possível; isto porque a informação pode perder a sua importância se houver atrasos na sua apresentação.

Fiabilidade: é a qualidade que se traduz no facto de a informação transmitir apropriada e correctamente os dados que tem por finalidade apresentar, ou seja, a posição e alterações financeiras e os resultados das operações.

Para que esta qualidade (fiabilidade) se concretize, são indispensáveis os seguintes requisitos:

Credibilidade: a informação tem de estar liberta de erros, isto é, o registo das operações e acontecimentos deve ser feito de acordo com o que efectivamente sucedeu.

Neutralidade: a informação tem de estar isenta de Juízos prévios, ou seja, deve ser independente de quem a elabora.

Comparabilidade: é o requisito que impõe que o registo das operações seja feito de forma consistente e normalizada.

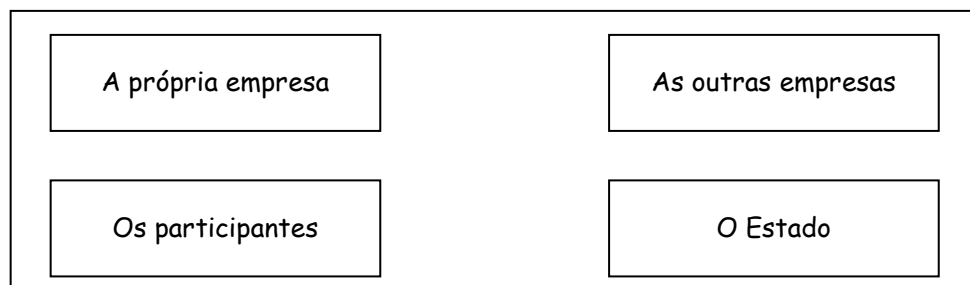
Isto significa que se considera que a empresa não altera¹ os seus princípios e orientações contabilísticas de um exercício para outro, a fim de se conseguir a comparabilidade da situação da empresa relativamente a diferentes momentos.

Por outro lado todas as empresas devem adoptar a normalização para que se torne possível a comparabilidade entre elas.

Se o fizer, esta deve ser referida no anexo ao balanço e à demonstração de resultados.

Utilizadores da Informação

Vejamos agora, em concreto, quem são os utilizadores da informação contabilística:



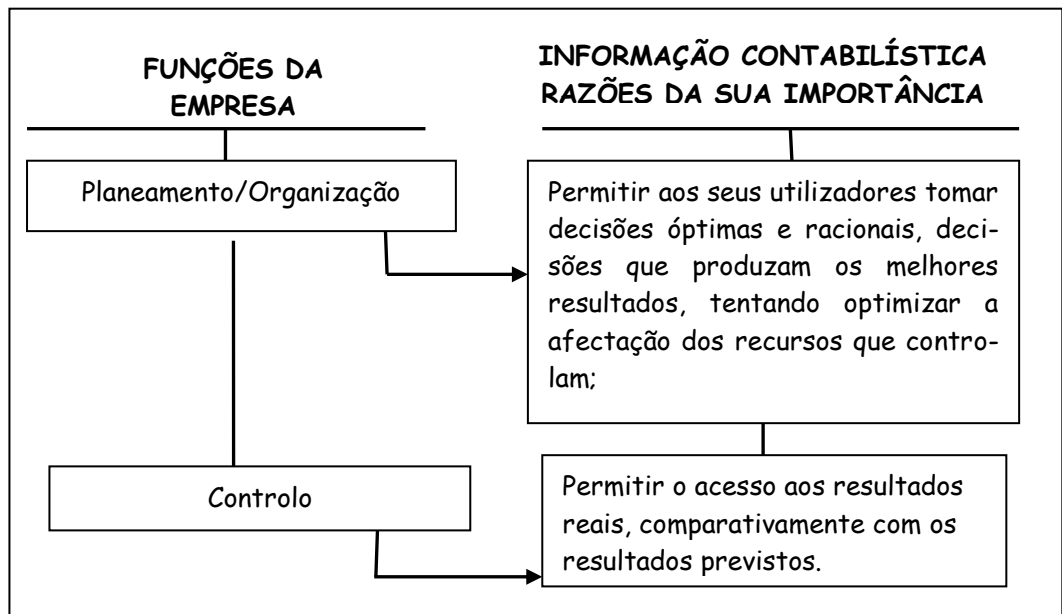
Cada uma destas entidades selecciona de entre os dados disponíveis os que são relevantes para os seus objectivos.

A Empresa

Os dados contabilísticos servem importantes funções da empresa:

- **Planeamento**, que comporta a determinação dos objectivos da empresa e a definição de estratégias que os permitam atingir;
- **Organização**, que significa o estabelecimento de estruturas para assentar e cumprir planos;
- **Controlo**, que identifica os desvios das realizações em relação as acções planeadas e a tomada de medidas correctivas necessárias.

Nesta perspectiva, podemos precisar os objectivos do sistema de informação contabilística da empresa:



As Outras Empresas

A informação contabilística das várias empresas num mesmo sector permite uma análise comparativa através da leitura das peças contabilísticas produzidas pelos respectivos sistemas de informação.

A possibilidade dada a cada empresa de se inserir num mercado relativamente às suas concorrentes e não concorrentes constitui um indicador valioso de gestão.

Os Particulares

Os sócios/accionistas (actuais ou potenciais), através dos dados contabilísticos, poderão avaliar a situação da empresa num dado momento e analisar os resultados obtidos em cada exercício e a sua evolução.

O Estado

A Contabilidade das empresas fornece ao Estado informações de várias naturezas:

- Informação com interesse fiscal;
- Elementos estatísticos necessários para o planeamento da economia;
- Informação necessária à elaboração de análises económicas no âmbito sectorial.

B) A CONTABILIDADE E AS SUAS GRANDES DIVISÕES

A Contabilidade pode definir-se como:

A técnica de natureza económica que trata dos princípios, métodos e instrumentos a **que qualquer** entidade pública ou privada deve recorrer para efectuar a escrituração das suas operações e cujo objecto consiste em determinar a situação — passada, presente e futura — e obter informações para a gestão dessa mesma entidade.

A Contabilidade aplica-se a diversas unidades económicas, tais como um país, um governo, uma autarquia, uma empresa, uma família. O nosso estudo irá recair somente sobre a contabilidade das empresas.

A Contabilidade Empresarial pode ser apreciada sob a perspectiva de duas importantes **classificações**, uma relativa a **finalidade** e outra ao **tempo**.

Observe o seguinte quadro:

QUANTO À FINALIDADE	Contabilidade Geral ou Financeira	A Contabilidade Geral ou Financeira pretende dar a conhecer a situação patrimonial, financeira, económica e de tesouraria de uma empresa.
	Contabilidade Analítica ou de Custos	A Contabilidade Analítica ou de Custos procura dar a conhecer a situação económica de uma empresa de uma forma discriminada, i.e., tentando através de uma adequada imputação de custos saber, por exemplo, que produto ou serviço prestado é mais rentável, que departamento é mais eficiente.
QUANTO AO TEMPO	Contabilidade Histórica	A contabilidade histórica dá informação sobre acontecimentos passados.
	Contabilidade Orçamental ou Previsional	A Contabilidade Orçamental ou Previsional procura projectar o futuro

C) DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA MAPAS FINAIS

Os mapas finais, concretamente o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração da origem e da aplicação de fundos e a demonstração dos fluxos de caixa **fornece**m a seguinte **informação**:

Balanço: a situação patrimonial, financeira, económica e de tesouraria

Demonstração da origem e da aplicação de fundos: a explicação da alteração, referente a um período económico, da situação financeira.

Demonstração dos resultados: a explicação da alteração, referente a um período económico, da situação económica.

Demonstração dos fluxos de caixa: a explicação do período económico, da situação de tesouraria.

No balanço está reflectida a **situação económica**, na conta 88 Resultado líquido do exercício, a **situação financeira**, as origens no segundo membro e as aplicações no primeiro membro, e a **situação de tesouraria**, nas contas de disponibilidades.,

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

O Anexo contém elementos complementares ao balanço e à demonstração dos resultados, que muito ajudam a interpretar a informação por estes prestada.

O Anexo abrange um conjunto de informações que se destinam, umas a desenvolver e comentar quantias incluídas no balanço e na demonstração dos resultados e outras a divulgar factos ou situações que, não tendo expressão naquelas demonstrações financeiras, são úteis para o leitor das contas, pois influencia, ou podem vir a influenciar a posição financeira da empresa.

A qualidade da informação financeira das empresas está dependente do conteúdo destas notas sobre os factos ou situações acima referidos.

D) LIVROS OBRIGATÓRIOS E RESUMO DO PROCESSO CONTABILÍSTICO

Livros Obrigatórios

A finalidade dos livros obrigatórios com importância para a Contabilidade pode descrever-se de modo sucinto nos termos subsequentes, de acordo com o Código **Comercial**.

O **diário** serve para os comerciantes registarem, dia a dia, por ordem de datas, em assento separado, cada um dos actos que modifiquem ou possam vir a modificar a sua fortuna.

O **razão** servirá para escriturar o movimento de todas as operações do diário, ordenadas por débito e crédito, em relação a cada uma das respectivas contas, para se conhecer o estado e a situação de qualquer delas, sem necessidade de recorrer ao exame e separação de todos os lançamentos cronologicamente escriturados no diário.

O livro de **inventário e balanços** começará com o arrolamento de todo o activo e passivo do comerciante, fixando a diferença entre aquele e este, o capital que entra em comércio, e servirá para nele se lagrarem, dentro dos prazos legais, os balanços a que tem de proceder.

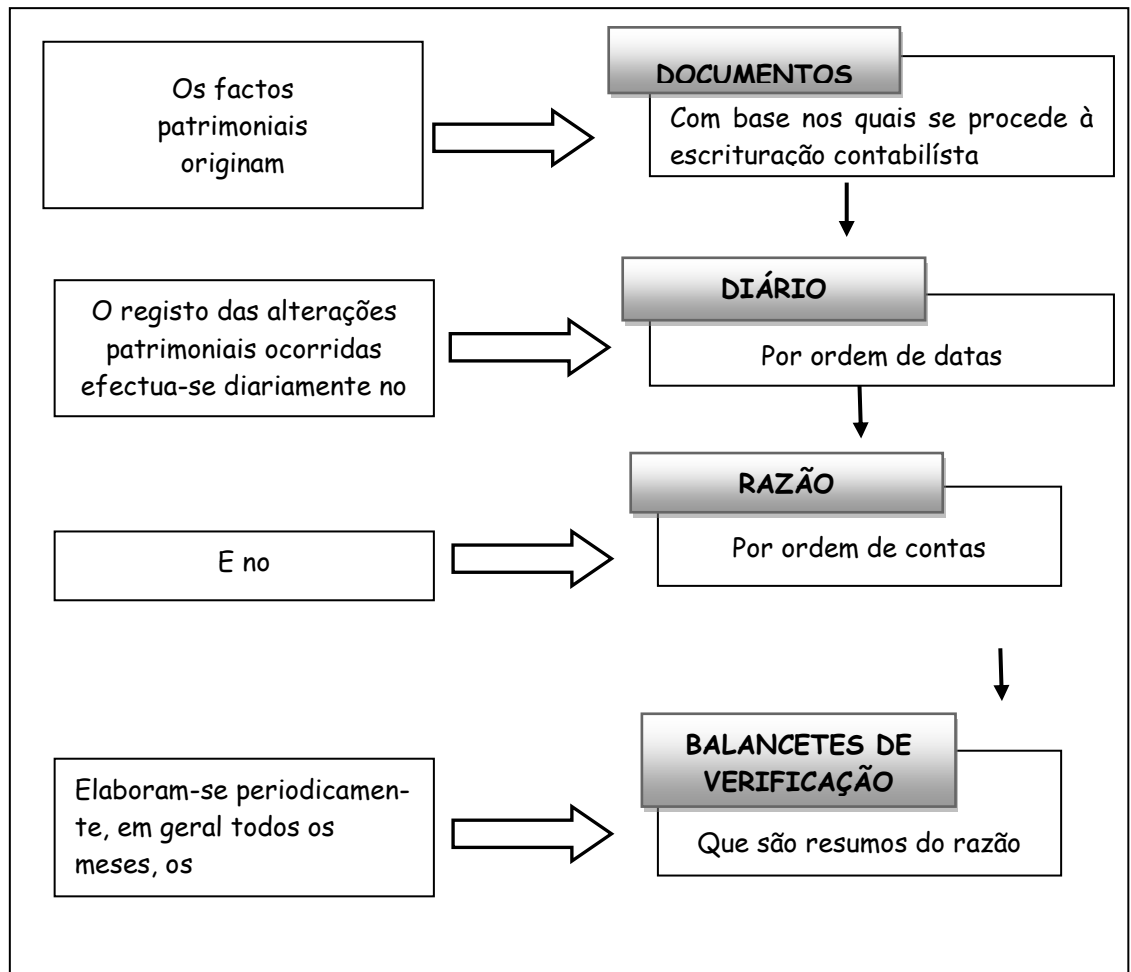
Actualmente os lançamentos nos livros obrigatórios de diário e razão são efectuados periodicamente. Tal deve-se ao facto de a Contabilidade ser feita informaticamente.

De facto, os documentos são contabilizados num ficheiro informático onde se fazem os lançamentos no diário, pois o programa informático trata esses dados, fornecendo automaticamente o razão (extractos de conta), balancetes e mapas finais.

Deste modo, os livros são escriturados periodicamente, em geral mensalmente, pelos valores globais.

Resumo do Processo Contabilístico

O processo contabilístico pode resumir-se no seguinte esquema:



E) NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Para si é já visível que a utilidade da informação contabilística reside na comparabilidade dos dados.

Esta necessidade de todas as empresas fornecerem dados homogêneos facilmente comparáveis levou à normalização contabilística.

Normalização: é o conjunto de normas e procedimentos de aplicação generalizada às empresas que permite que o mesmo facto patrimonial tenha sempre igual tratamento contabilístico.

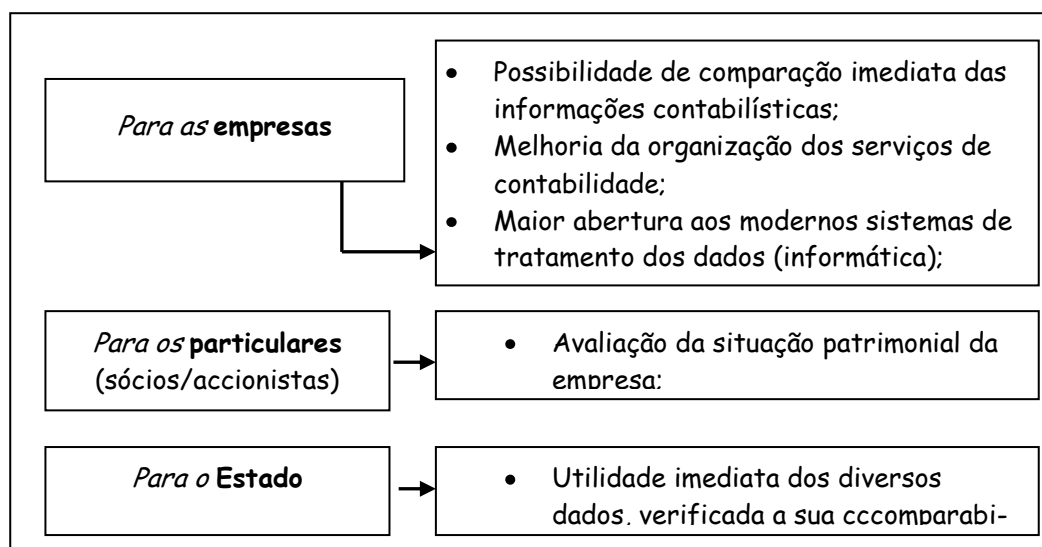
A normalização traduz-se na adopção das seguintes normas e procedimentos:

- Contas iguais, não só no que respeita ao título, mas também ao conteúdo e regras de movimentação;
- Análogos princípios contabilísticos;
- Iguais critérios de avaliação;
- Idênticos modelos de mapas¹.

1- Por exemplo, o balanço e a demonstração de resultados.

Vantagens

Vejamos em pormenor as vantagens da normalização contabilística:



Aumente os seus conhecimentos

Houve tempo em que cada empresa definia e utilizava a organização contabilística que mais se adequava às suas necessidades específicas.

Por consequência, as empresas apresentavam grandes divergências no tratamento da sua informação contabilística.

A falta de directrizes precisas em termos nacionais acentuava ainda mais estas diferenças - a Contabilidade servia essencialmente as necessidades individuais da empresa.

Com o evoluir da economia e o aumento de intervenção, por parte do Estado, no meio económico, começou a esboçar-se a necessidade de uniformização dos métodos contabilísticos a fim de tornar perceptíveis e comparáveis, por todos os interessados, os dados contabilísticos.

1943	Anos 60	1970	1973
Tentativa de uniformização de Contabilidade	Reformas fiscais suscitam nova remodelação da Contabilidade	Nomeação de uma comissão de estudo	Primeira apresentação do Plano Nacional de Contabilidade
1977	1986	1989	
Publicação do Decreto-Lei nº 47/77 de 7 de Fevereiro	Adesão de Portugal à Comunidade Europeia	Publicação do Decreto-Lei nº 410/89 de 21 de Novembro	

Vejamos alguns marcos (históricos):

1943 Data, entre nós, das primeiras tentativas oficiais para a uniformização da Contabilidade para as sociedades por acções, não se tendo, contudo, chegado à aplicação prática do projecto¹.

Os anos 60 Nesta década, as reformas fiscais suscitaram de novo a necessidade de remodelação das Contabilidades das empresas. Até então, tinham toda a liberdade de organização e elaboração das suas Contabilidades e de preparação dos seus balanços e demonstração de resultados, havendo por isso uma grande diversidade terminológica e de critérios de cálculo. Para disciplinar a organização contabilística das empresas, é necessário:

- Uniformizar a terminologia;
- Estabelecer classes de contas;
- Unificar critérios;
- Unificar métodos de avaliação do património e dos resultados.

1970 Nomeação de uma comissão incumbida de estudar a normalização da Contabilidade Nacional².

1973 Apresentação pela referida comissão do anteprojecto do Plano Nacional de Contabilidade.

As críticas efectuadas e as alterações propostas conduziram ao:

1 Nos sectores bancário e segurador já havia tentativas de uniformização da Contabilidade, embora sem grandes consequências práticas.

2 Recorrendo às experiências já existentes noutros países, em particular o plano contabilístico francês, pois este adequa-se à determinação da matéria colectável das empresas nacionais.

Plano Geral de Contabilidade (PGC)

1977 Publicação do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro, que impôs a adopção do Plano Geral de Contabilidade e a elaboração obrigatória de certas **peças finais e a publicação de algumas delas**, de onde se salientam:

- Balanço;
- Demonstração de resultados líquidos;
- Demonstração de resultados extraordinários do exercício;
- Demonstração de resultados de exercícios anteriores.

Este plano foi sendo alterado devido: a necessidade de o aperfeiçoar, tendo em conta a experiência adquirida com a sua aplicação; as modificações das circunstâncias, das quais se destacam a introdução do código do IVA e o aparecimento de novos títulos de crédito.

A adesão de Portugal, no ano de 1986, a Comunidade Europeia, veio trazer-lhe a obrigação de incluir no seu normativo disposições das directivas¹ comunitárias.

A implantação da 4.ª Directiva (n.º 78/660/CEE) implicou uma grande mudança do Plano Geral de Contabilidade, que levou a sua revogação. Esta Directiva tem como objectivo primordial a coordenação das disposições nacionais respeitantes aos mapas anuais.

1989 Aprovou-se, assim, um novo Plano Geral de Contabilidade pela publicação do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro. O actual PGC tem já uma importante alteração por forma da implantação da 7.ª Directiva² (n.º 83/349/CEE), introduzida pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

CAPITULO 2- PATRIMÓNIO

QUESTÕES

- O que entende por capital próprio?
- Qual a diferença entre origens e aplicações de fundos?

A) Elementos Patrimoniais

- Património
- Activo e Passivo
-

B) Elementos do Activo, Credores e Capital Próprio

- Activo
- Credores (Passivo)
- Capital Próprio

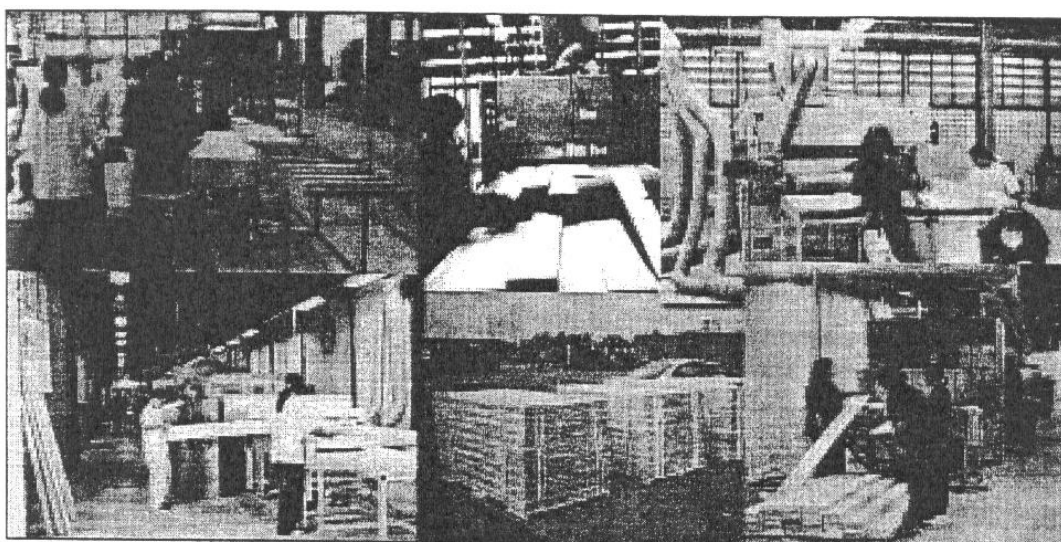
C) Fluxos Contabilísticos

A) ELEMENTOS PATRIMONIAIS

Na Contabilidade tudo gira a volta do património, e será esta a temática deste Capítulo. Abordá-lo-emos acompanhando uma empresa, a Movelux, Lda, que fabrica móveis.

Património

A Movelux, Lda. utiliza pessoal, máquinas e madeiras (os seus meios) para produzir móveis (o seu objectivo).



Assim, a Movelux, Lda. apresenta um património, com determinada estrutura, que reflecte a actividade desenvolvida.

Mas, afinal, que é o património?

Património é o conjunto de bens, direitos, e obrigações afectos a empresa.

Este conjunto é bastante heterogéneo na sua composição:

- Bens: edifícios, viaturas, máquinas, dinheiro, etc.
- Direitos: créditos da empresa ou dívidas a receber, etc.
- Obrigações: débitos da empresa ou dívidas a pagar.

Cada um destes elementos (edifícios, créditos, dívidas a pagar, etc.) é designado por **elemento patrimonial**. Todos os elementos patrimoniais obedecem a dois requisitos fundamentais:

- Serem redutíveis a valor pecuniário;
- Estarem afectos à mesma gestão.

Finalmente, os elementos patrimoniais são agrupáveis em classes para efeitos de registo: activo, passivo e capital próprio.

Activo e Credores (Passivo)

Assim, vejamos:

Activo: é o conjunto de elementos patrimoniais da empresa relativos aos bens e aos direitos e o seu respectivo valor.

Credores (Passivo): é o conjunto de elementos patrimoniais relativos às obrigações e o seu respectivo valor.

Pode, por isso, concluir que no património há a considerar:

- A sua composição;
- O seu valor.

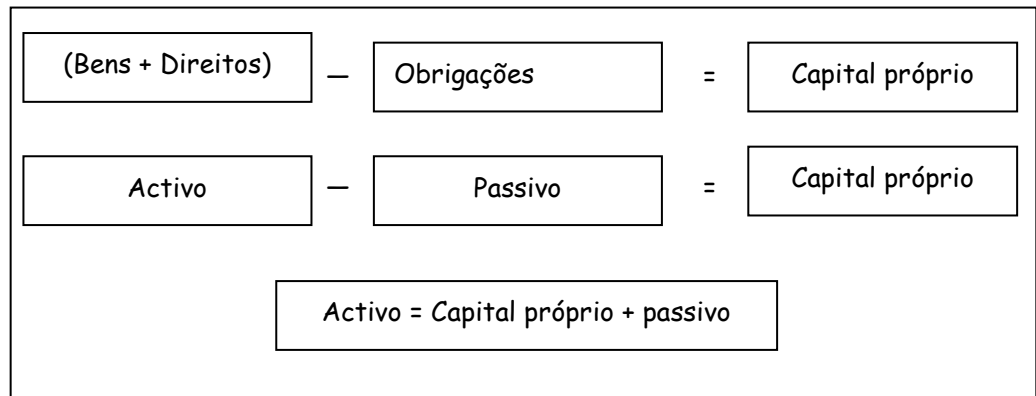
Quanto à sua composição, o património engloba o conjunto dos elementos patrimoniais, agrupados em duas classes - **Activo e Passivo** - expressos em valores. E, por isso, o património da Movelux, Lda. é assim representado:

ACTIVO		PASSIVO	
Composição	MZM	Composição	MZM
Edifício	500 000,00	Empréstimos obtidos	300 000,00
Mobiliário	7 000,00	Dívida a um fornecedor	20 000,00
Máquinas	100 000,00	Total do passivo	<u>320 000,00</u>
Viaturas	20 000,00		
Dívida de um cliente	40 000,00		
DO no Banco Barclays	50 000,00		
Dinheiro em caixa	10 000,00		
Total do activo	<u>727 000,00</u>		

Qual será, então, o valor do património líquido?

Capital Próprio

O **património líquido**, ou **capital próprio**, respeita aquilo que a empresa efectivamente vale. É o que fica depois de aos bens e aos direitos deduzirmos as obrigações.



PATRIMÓNIO	
Activo	Capital próprio
Valores concretos	Valores abstractos ¹
	Passivo
	Valores Concretos

Voltando ao património da Movelux, Lda., o valor do capital próprio é calculado da seguinte forma:

Activo	727 000
Passivo	<u>- 320 000</u>
Capital próprio	407 000

¹ porque resultam da diferença entre os elementos patrimoniais activos e passivos.

O

PATRIMÓNIO			
Activo		Capital próprio e Credores	
Edifício	500 000,00	Capital próprio:	
Mobiliário	7 000,00	Total do capital próprio	
Máquinas	100 000,00		<u>407000,00</u>
Viaturas	20 000,00	Credores:	
Dívida de um cliente	40 000,00	Empréstimos Obtidos	300000,00
DO no Banco Barclays	50 000,00	Dívida a um fornecedor	<u>20000,00</u>
Dinheiro em caixa	10 000,00	Total do passivo	<u>320000,00</u>
Total do activo	<u>727 000,00</u>	Total do capital próprio e do passivo	<u>727000,00</u>

r

óprio resulta da diferença entre os valores activos e os valores passivos, podendo, portanto, ser positivo, nulo ou negativo. Assim, a **equação fundamental da Contabilidade** pode ser definida da seguinte forma:

$$A = \text{Credores} + \text{Fundos}$$

Vejamos, então, como se chega a esta conclusão.

Capital próprio positivo ou activo

É o caso da Movelux, Lda., em que o valor dos seus bens e direitos é maior do que o valor das suas obrigações. Assim, o activo é maior do que o passivo.

Se a Movelux, Lda. vendesse os seus bens e recebesse os seus direitos e liquidasse as suas dívidas, o remanescente seria de 407 000,00, que representaria um capital próprio activo

Capital próprio positivo ou activo

$$> \Rightarrow > 0$$

$$= +$$

Capital próprio nulo

No caso de os valores do activo e do passivo coincidirem a empresa apresenta um capital próprio nulo.

Capital próprio ou nulo

$= \Rightarrow = 0$

$=$

Capital próprio negativo ou passivo

Também pode acontecer que, num dado momento, uma empresa apresente um passivo maior do que o activo, ou seja, o valor dos seus bens e direitos não cobre as suas obrigações, significando isto que a empresa entrou em falência. A empresa, neste caso, tem um capital próprio negativo ou passivo.

Capital próprio negativo ou passivo

$< \Rightarrow < 0$

$+$ $=$

Se reunirmos as três situações anteriores, encontramos a seguinte formula abrangente:

$$A = P \pm FP$$

B) ELEMENTOS DO ACTIVO, CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Agora que conhece as características principais do património e das classes patrimoniais, podemos aprofundar estas questões. Concretamente, vamo-nos deter, com mais pormenor, nos elementos e grupos patrimoniais que fazem parte de cada classe patrimonial.

Activo

Os grupos e elementos patrimoniais que fazem parte do activo dispõem-se, por ordem decrescente de liquidez¹, da seguinte forma:

- Activos Tangíveis
- Circulante

Investimentos de Capital: recebe este nome porque os elementos patrimoniais que o compõem não; participam no ciclo de exploração² e permanecem na empresa por períodos superiores a um ano.

Este grupo, por sua vez, subdivide-se nas seguintes contas:

Activos Intangíveis	Despesas de instalação Despesas de investigação Etc.
Activos Tangíveis	Edifícios Equipamento Etc.
Investimentos financeiro	Partes de capital em empresas Empréstimos a empresas Etc

1 **Liquidez:** facilidade ou capacidade de um bem se transformar em dinheiro. Sendo assim, o dinheiro é o bem líquido perfeito.

2 **O ciclo de exploração** de uma empresa corresponde ao conjunto de operações realizadas para a prossecução do seu objectivo - produção de bens ou serviços para venda.

Circulante: recebe este nome porque inclui o conjunto de bens físicos e financeiros que participam no ciclo de exploração

Deste grupo, fazem parte as seguintes contas:

Inventários (Mercadorias)	Materias-primas, Mercadorias Etc	
Contas a Receber	Médio e longo prazo ¹ Curto prazo ²	Clientes Outros devedores Etc.
Titulos negociaveis	Acções Obrigações Etc	
Depósitos bancários e caixa	Depósitos à ordem Caixa Etc.	

Sistematizando:

Activo	Investimentos de Capital	Activos Intangíveis Activos Tangíveis Investimentos financeiros	
	Circulante	Existências Dívidas de terceiros Títulos negociáveis Depósitos bancários e caixa	Médio e longo prazo Curto prazo

1. Médio e longo prazo: Quando o prazo é superior a um ano.
2. Curto prazo: Quando o prazo é inferior ou igual a um ano

Capital Próprio

Os grupos e elementos patrimoniais, que fazem parte do capital próprio, são dispostos por ordem de formação histórica. Assim, obtemos a seguinte sequência:

- **Capital:** respeita ao capital social, isto é, ao valor representativo das entradas dos sócios.
- **Reservas:** representam a retenção de lucros com a finalidade de reforçar os meios ao dispor da empresa.
- **Resultados transitados:** referem-se ao resultado líquido (lucro ou prejuízo) do exercício anterior.
- **Resultado líquido do exercício:** diz respeito ao resultado obtido (lucro ou prejuízo) no exercício (desde 1 de Janeiro a 31 de Dezembro)

Podemos, para melhor compreensão, fazer a seguinte classificação do capital próprio

CAPITAL PRÓPRIO	Capital inicial	Capital	
	Capital adquirido	em exercícios anteriores	Reservas Resultados transitados
		no exercício	Resultado líquido do exercício

Credores

Nos credores os elementos são dispostos por ordem decrescente de prazo de exigibilidade¹, apresentando a seguinte estrutura:

PASSIVO	Dívidas a terceiros	Médio e longo prazo	Dívidas a instituições de crédito
		Curto prazo	Fornecedores Etc.

1. Prazo de exigibilidade: diz respeito ao prazo de pagamento das obrigações da empresa, colocando-se em primeiro lugar as que são de pagamento mais dilatado no tempo.

C) FLUXOS CONTABILÍSTICOS

Uma empresa, quando gere um património, está a aplicar recursos. Os seus recursos são os fundos próprios e os fundos alheios que detém, respectivamente, o seu capital próprio e seu passivo.

A aplicação desses recursos constitui o activo da empresa - os seus bens e direitos.

PATRIMÓNIO		
APLICAÇÕES	RECURSOS	
Activo	Capital Próprio	Próprios
	Passivo	Alheios

Contabilisticamente, esta actividade traduz-se em transformar

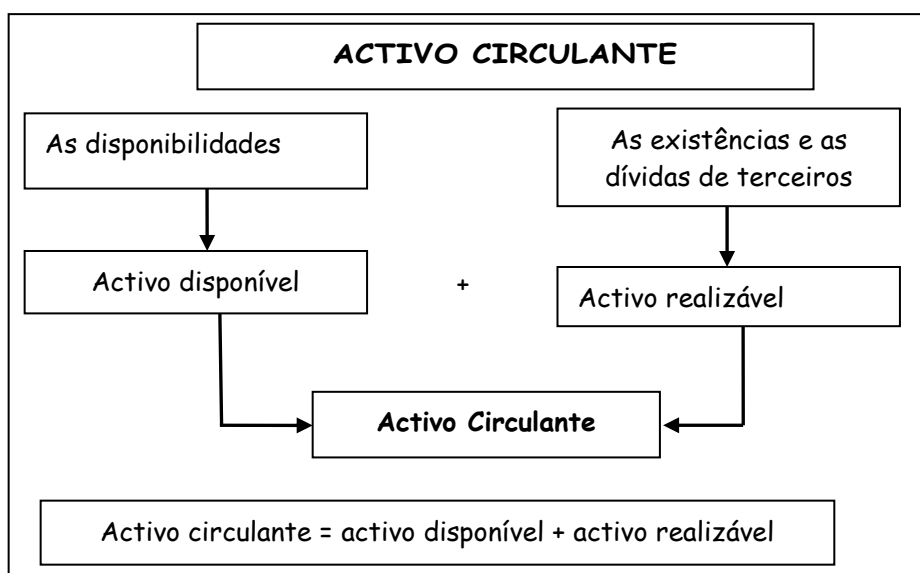
disponibilidades (dinheiro em caixa, depósitos nos bancos ou outros meios líquidos) em existências (mercadorias) e existências em disponibilidades.

Neste último caso, as mercadorias podem não se transformar imediatamente em disponibilidades e, aí, a empresa concede o crédito (vendas a prazo) que posteriormente se transforma em disponibilidades.

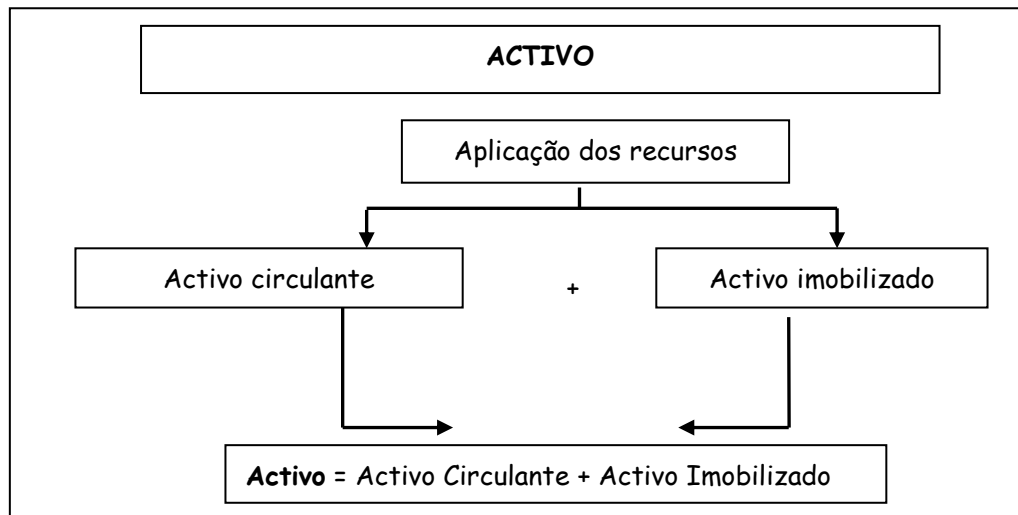
1 Coincide com a classe 1 do PGC.

2 Com o qual se pode realizar dinheiro.

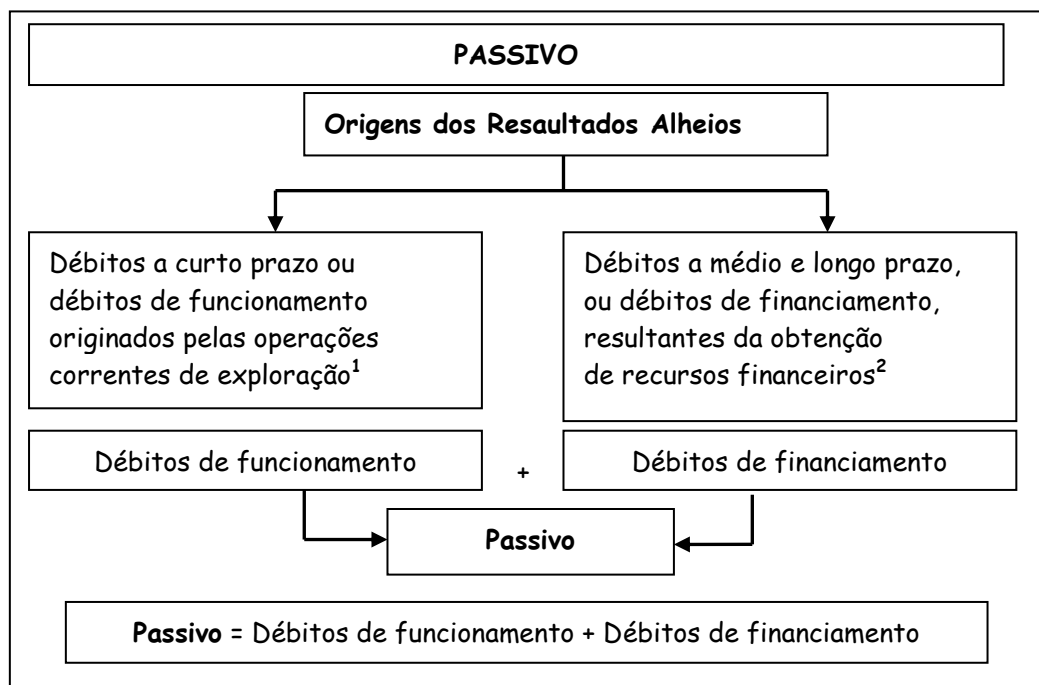
No **activo**, podemos, então, distinguir:



Para assegurar e auxiliar o seu funcionamento, a empresa precisa de utilizar imobilizações (activo imobilizado) e daí:



Vejamos, agora, o **passivo (origens dos recursos alheios)**:



1. Por exemplo uma compra de mercadorias com pagamento a 30 dias da data da factura.
2. Por exemplo, empréstimos bancários e empréstimos obrigacionistas.

CAPITULO3-LANÇAMENTOS DOS FACTOS PATRIMONIAIS. PRINCIPAIS REGRAS CONTABILÍSTICAS

QUESTÕES

- Que tipos de factos patrimoniais conhece?
- Como classifica o lançamento que deve ser feito para corrigir uma duplicação?
- Em que parte do balanço é registado o saldo devedor de uma conta de terceiros?

PLANO

- A) Alterações no Património
 - Factos Patrimoniais Permutativos ou Qualitativos
 - Factos Patrimoniais Modificativos
- B) Conta - Caracterização Geral
 - Saldo
 - Contas PGC
- C) Lançamento
 - Elementos
 - Classificação
- D) Método das Partidas Dobradas
 - Raciocínio Contabilístico
- E) Processo Contabilístico
 - Registo Contabilístico
 - Diário
 - Razão
 - Balancete
 - Inventário e Balanço
 - Demonstração de Resultados
 - O Processo Contabilístico

A) ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO

O património de uma empresa está em constante mutação, em função da sua actividade normal - compra, venda, produção - e em consequência de acontecimentos extraordinários - roubos, incêndios, etc.

A estas mutações decorrentes da actividade da empresa dá-se o nome de **factos patrimoniais**.

Estes factos originam alterações apenas na composição e no valor do património da empresa.

Por isso, quando analisamos o património de uma empresa num determinado momento, estamos a verificá-lo estaticamente, com a consciência de que aqueles dados são válidos apenas para esse momento.

Factos Patrimoniais Permutativos ou Qualitativos

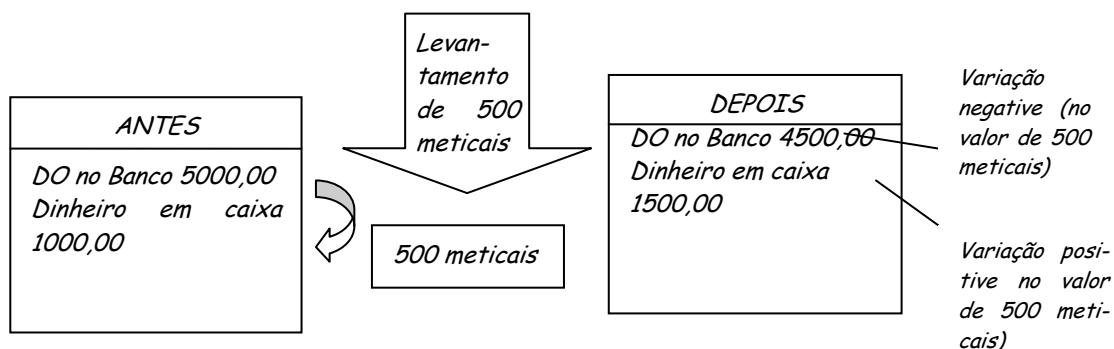
Movelux, Lda		PATRIMÓNIO		(valores em MZM)
ACTIVO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Activos Tangíveis:	50 000,00	Capital próprio:		<u>40 700,00</u>
Edifício	700,00	Capital		<u>40 700,00</u>
Mobiliário	10 000,00	Total do capital próprio		
Máquinas	<u>2 000,00</u>	Passivo:		
Viaturas	<u>62 700,00</u>	Empréstimos obtidos		30 000,00
		Dívida a um fornecedor		<u>2 000,00</u>
Circulante:		Total do passivo		<u>32 000,00</u>
Dívida de um cliente	4 000,00			
DO no Barclays	5 000,00			
Bim	<u>1 000,00</u>			
Dinheiro em caixa	<u>10 000,00</u>			
		Total do capital próprio e do passivo		72 700,00
Total do activo	72 700,00			

Suponha que, para poder efectuar um pagamento, se procedeu a um levantamento de 500 MZM da conta de depósitos à ordem no Banco Barclays. Esta operação é, por si mesma, uma alteração patrimonial, um facto patrimonial que se pode traduzir contabilisticamente.

Movelux, Lda		PATRIMÓNIO		(valores em MZM)
ACTIVO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Activos Tangíveis:		Capital próprio:		
Edifício	50 000,00	Capital		<u>40 700,00</u>
Mobiliário	700,00	Total do capital próprio		<u>40 700,00</u>
Máquinas	10 000,00	Passivo:		
Viaturas	<u>2 000,00</u>	Empréstimos obtidos		30 000,00
	<u>62 700,00</u>	Dívida a um fornecedor		<u>2 000,00</u>
Circulante:		Total do passivo		<u>32000,00</u>
Dívida de um cliente	4 000,00			
DO no Barclays	4 500,00			
Dinheiro em caixa	<u>1 500,00</u>			
	<u>10 000,00</u>	Total do capital próprio e do passivo		<u>72 700,00</u>
Total do activo	72700,00			

Como pode ver, neste caso, as variações verificaram-se no activo e afectaram dois elementos patrimoniais no mesmo valor (500 MZM) e em sentidos opostos, pelo que o património líquido ($A - P = CP$) mantém o mesmo valor.

contabilisticamente.



O facto patrimonial que acabou de observar é um:

Facto permutativo ou qualitativo: A mudança verificada afecta apenas a composição e não o valor do património

Factos Patrimoniais Modificativos

Mas, existem também outras operações mais directamente ligadas ao objectivo principal de qualquer empresa - aumentar o valor do seu património.

Veja um exemplo:

A *MoveLux, Lda.* vendeu mercadorias a pronto pagamento, no valor de 3 500 MZM, que custou 2 500 MZM.

A fim de analisar esta operação, ou melhor, este facto patrimonial, vejamos cada uma das alterações introduzidas no património.

A *MoveLux, Lda.* comprou mercadoria por 2 500 MZM, a pronto pagamento utilizando verbas depositadas no Banco Barclays.

Portanto, este facto patrimonial é permutativo e temos a seguinte representação do património:

MoveLux, Lda.		PATRIMÓNIO		(valores em MZM)
ACTIVO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Activos Tangíveis:		Capital próprio:		
Edifício	50 000,00	Capital		<u>40 700,00</u>
Mobiliário	700,00	Total do capital próprio		<u>40 700,00</u>
Máquinas	10 000,00	Passivo:		
Viaturas	<u>2 000,00</u>	Empréstimos obtidos		30 000,00
	<u>62 700,00</u>	Dívida a um fornecedor		<u>2 000,00</u>
		Total do passivo		<u>32 000,00</u>
Circulante:				
Mercadorias	2 500,00			
Dívida de um cliente	4 000,00			
DO no Barclays	2 000,00			
Dinheiro em caixa	<u>1 500,00</u>			
	<u>10 000,00</u>			
Total do activo	72 700,00	Total do capital próprio e do passivo		72 700,00

Analisemos agora o facto patrimonial em questão:

- Venda de mercadorias a pronto pagamento no valor de 3.500,00.

Ora, estamos agora perante um facto em que os elementos patrimoniais afectados sofreram variações de valor desigual e, por consequência, o valor do património alterou-se.

Como o valor do capital (40 700,00) se mantém inalterável, o aumento em 1 000,00; (3 500,00 - 2 500,00) surge no capital próprio sob a designação Resultado.

Movelux, Ida.		PATRIMÓNIO		(valores em MZM)
ACTIVO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Activos Tngíveis:				
Edifício	50 000,00	Capital próprio:		
Mobiliário	700,00	Capital		40 700,00
Máquinas	10 000,00	Resultado		<u>1 000,00</u>
Viaturas	<u>2 000,00</u>	Total do capital próprio		<u>41 700,00</u>
	<u>62 700,00</u>	Passivo:		
Circulante:		Empréstimos obtidos		30 000,00
Mercadorias	0,00	Dívida a um fornecedor		<u>2 000,00</u>
Dívida de um cliente	4 000,00	Total do passivo		<u>32 000,00</u>
DO no Barclays	2 000,00			
Dinheiro em caixa	<u>5 000,00</u>			
	<u>11 000,00</u>			
Total do activo	73 700,00	Total do capital próprio e do passivo		73 700,00

o

valor do património (líquido), ou capital próprio, é igual à diferença entre o activo e o passivo, temos:

$CP = A - P$, pelo que:

$CP = 73.700,00 - 32.000,00$; $CP = 41.700,00$

Este novo valor do capital próprio resultou da diferença entre a variação positiva sofrida por dinheiro em caixa e a variação negativa sofrida por mercadorias.

Este facto patrimonial, que **alterou o valor do capital próprio**, é um:

Factor modificativo ou quantitativo: A alteração verificada afecta, simultaneamente, a composição e o valor do património.

Todos os factos patrimoniais modificativos, por afectarem o valor do património, podem traduzir-se em:

	FACTO PATRIMONIAL	
	Originado pelos actos de gestão corrente	Independentemente dos actos de gestão corrente
VARIAÇÃO POSITIVA	Proveitos	Ganhos
VARIAÇÃO NEGATIVA	Custos	Perdas

E são registados em contas próprias (classes 6 e 7 do PGC, que estudará mais adiante).

B) CONTA - CARACTERIZACAO GERAL

A Contabilidade utiliza um processo que lhe permite com facilidade registar todas as variações patrimoniais: **a conta**.

Conta: conjunto ou classe de elementos patrimoniais com características comuns expressos em unidades de valor.

Em nome do necessário rigor da Contabilidade, as contas obedecem a dois requisitos fundamentais:

Homogeneidade - A conta só deve conter elementos que tenham características que ela define;

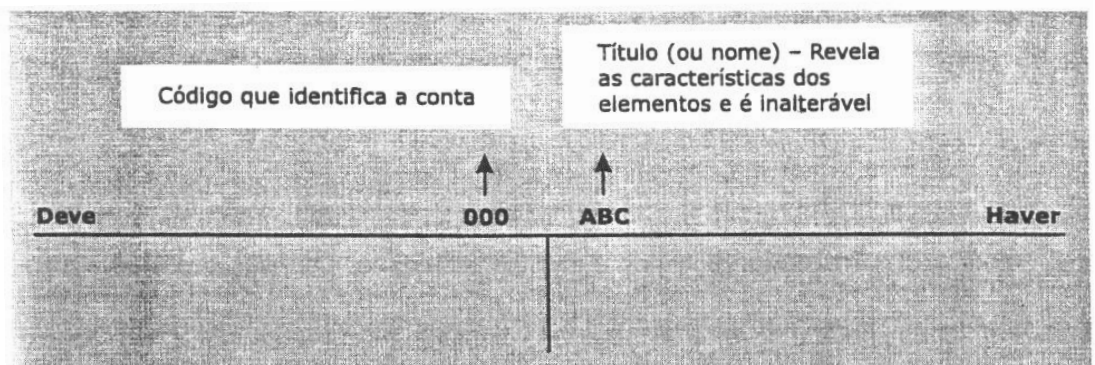
Integralidade - Todos os elementos que tenham a mesma característica devem estar incluídos na mesma conta.

As contas têm uma representação gráfica própria: por tradição e convenção, a conta apresenta-se com um traçado em forma de T.

Este traçado permite a divisão do espaço reservado aos registos em duas colunas:

- A da esquerda destinada aos débitos (Deve);
- da direita aos créditos (Haver).

E permite a colocação de:

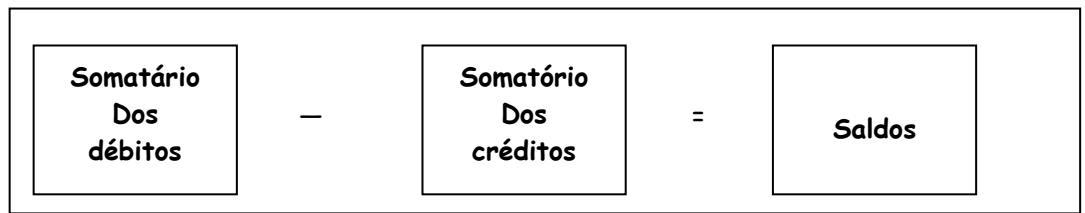


Assim:

- Quando a conta recebe um valor do lado esquerdo, dizemos que a conta é debitada;
- Quando a conta recebe um valor do lado direito, dizemos que é creditada.

Saldo

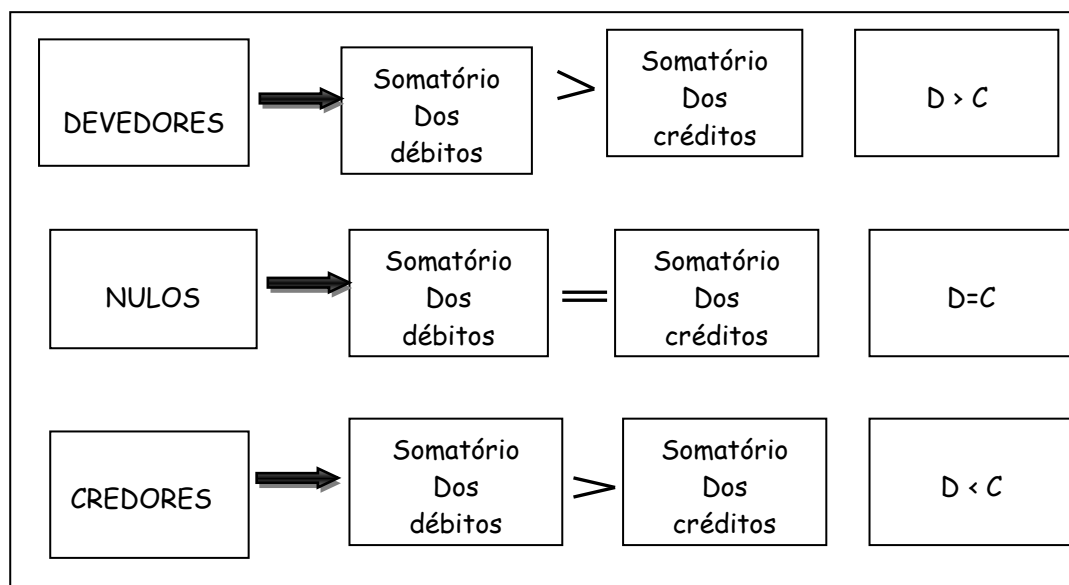
O **saldo** é a diferença entre a soma dos valores acumulados a débito e os valores acumulados a crédito.



Apresentando no T:

D		H
	Débitos	Créditos

As contas podem ter saldos:



Vejamos alguns exemplos:

Caixa		A conta Caixa tem um saldo devedor (sd) de 2 000,00 (3 600,00 - 1 600,00).
D	H	
1 000,00	300,00	
100,00	200,00	
2 500,00	100,00	
	1 000,00	

Compras		A conta Compras tem um saldo nulo (5 000,00 - 5 000,00)
D	H	
5 000,00	5 000,00	

Capital		A conta Capital tem um saldo credor (sc) de 10 000,00 (0 - 10 000,00)
D	H	
	10 000,00	

Analisemos agora alguns conceitos:

- Saldar uma conta;
- Fechar uma conta;
- Trancar uma conta;
- Reabrir uma conta.

Saldar uma conta consiste em adicionar o saldo á coluna que tenha menor valor.

Caixa		Compras		Capital	
1 000,00	300,00	5 000,0	5 000,		10 000,
100,00	200,00				
2 500,00	100,00				
	1 000,00				
2 000,00sd				sc 10 000,	

Fechar uma conta consiste em somar os valores acumulados a débito e a crédito depois de saldar a conta.

Caixa		Compras		Capital	
1 000	300	<u>5 000</u>	<u>5 000</u>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>
100	200	5000	5000	10 000	10 000
2 500	100				
	1 000				
	2 000				
<u>3 600</u>	<u>3 600</u>				

Trancar uma conta consiste em sublinhar com dois traços os valores encontrados quando se fechou a conta.

D	Caixa	C	D	Compras	C	D	Capital	C
1 000	300		<u>5 000</u>	<u>5 000</u>		<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	
100	200		<u>5 000</u>	<u>5 000</u>		<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	
2 500	100							
	1 000							
	2 000							
<u>3 600</u>	<u>3 600</u>							

Reabrir uma conta consiste em lançar o saldo no lado do débito se na conta fechada o saldo era devedor, ou no lado do crédito se o saldo era credor.

D	Caixa	C	D	Compras	C	D	Capital	C
1 000	300		<u>5 000</u>	<u>5 000</u>		<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	
100	200		<u>5 000</u>	<u>5 000</u>		<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	
2 500	100						10 000	
	1 000							
	2 000							
<u>3 600</u>	<u>3600</u>							
2 000								

Como já sabe, existe um quadro de contas organizado para a contabilidade das empresas.

Pois bem, é precisamente sobre essas contas que lhe vamos falar agora.

Contas PGC

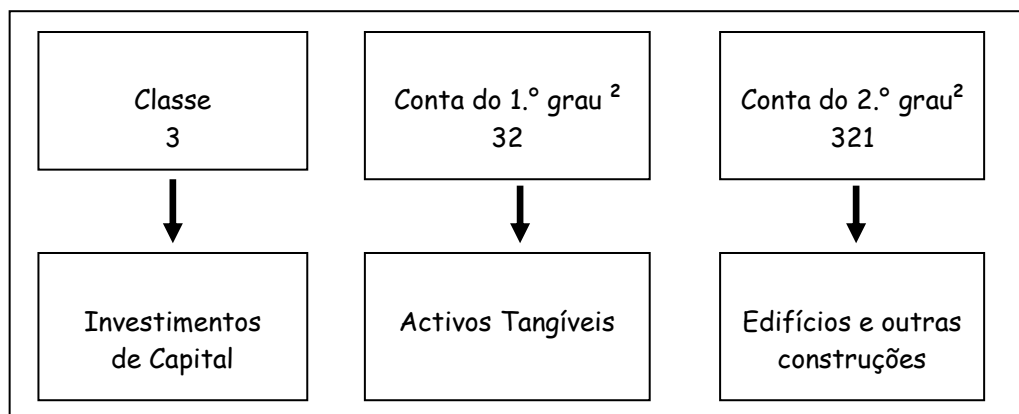
Para já, sugerimos que consulte o PGC, que se encontra nos textos de apoio ¹, e procure justamente o referido quadro.

Nele pode ver que se adoptou o critério da repartição das contas por classes, numeradas de 1 a 9, mais a classe 0.

Cada uma compreende diferentes tipos de elementos patrimoniais concretos e abstractos, com o objectivo de facilitar a obtenção de dados contabilísticos, não só para a empresa, mas também para as entidades eventualmente interessadas nesses dados.

A cada classe foi atribuído um título e um código, o mesmo acontecendo a cada conta.

Por exemplo:



Todos os edifícios fabris e administrativos, assim como as estradas e arruamentos, por exemplo, são registados sempre na conta 321. No entanto, um automóvel já não tem a mesma classificação; é contabilizado na conta 324 (Equipamento de transporte):

3 : porque é um activo tangível;

32 : porque é corpórea;

324 : porque é equipamento de transporte.

Deste modo, é fácil detectar a classe de qualquer subconta, por mais subdividida que seja.

Para as contas subsequentes, mantém-se esta regra.

Continuando com o PGC, verá que encontra logo a seguir os códigos para todas as contas que ele comporta³.

E, mais adiante, encontra algumas "Notas explicativas sobre o conteúdo e movimentação de determinadas contas". Estas notas caracterizam o tipo de elementos patrimoniais que compõem essas contas, permitindo compreender os débitos e os créditos.

Páginas 50 e 51.

2 Uma conta de 1.º grau tem dois dígitos; uma conta de 2.º grau tem três dígitos, etc.

3 Onde vai encontrar contas do 3.º e 4.º grau.

Também neste curso e para as contas com que respectiva descrição.

Como pode verificar, no PGC existem 10 classes que se podem distribuir da seguinte forma, tendo em consideração:

- A sua relação com o património:
 - Contas do activo;
 - Contas do passivo;
 - Contas do capital próprio.
- O tipo de informação contabilística que transmitem:
 - Contas do balanço;
 - Contas de resultados;
 - Outras contas.

E porque o balanço transmite informação patrimonial e financeira, as contas do activo, do passivo e do capital próprio coincidem com as contas do balanço.

CONTAS DE BALANÇO	1. Disponibilidades	A
	2. Inventários e activos biológicos	A e P
	3. Investimentos de Capital	A
	4. Contas a receber, contas a pagar, acréscimos e diferimentos	A
	5. Capital Próprio	CP
CONTAS DE RESULTADOS	6. Custos e perdas	CP
	7. Proveitos e ganhos	
	8. Resultados	
OUTRAS CONTAS	9. Contabilidade de custos	
	10. Contas de ordem	
<p>A- Estas classes incluem contas do Activo.</p> <p>A e P - A classe - Terceiros - contem contas do Activo e do Passivo.</p> <p>CP- A classe 5 e a conta 88 respeitam a contas do Capital próprio.</p>		

Mais adiante, veremos em pormenor estas contas de Balanço" e "Contas de Resultados" e respectivos conteúdos. Em relação às "Outras Contas" - classes 9 e 0 - embora não sendo objecto do nosso estudo, refira-se que:

- A classe 9 é utilizada por algumas empresas e destina-se à contabilidade analítica, a qual regista as operações realizadas na empresa com o objectivo, entre outros, de determinar os custos industriais dos vários produtos e serviços produzidos.

A classe 0 não faz parte do balanço, mas completa-o, pelas informações que contém. Nela são registados factos que podem vir a alterar a situação patrimonial da empresa, por exemplo, mercadorias recebidas à consignação, letras descontadas, etc.

C) LANÇAMENTO

Agora que já sabe que as variações patrimoniais se registam em contas, naturalmente quererá saber como se fazem esses registos. Para tal é necessário, em primeiro lugar, saber o que é um lançamento.

Um lançamento é o registo de um facto patrimonial nos livros ou noutros suportes próprios da contabilidade.

Todo o lançamento tem de ter como base um documento comprovativo, que pode ser uma letra, uma factura, uma nota de lançamento, etc.

Elementos

Data	Dia da ocorrência do facto patrimonial
Títulos	Nome da conta (ou contas) a debitar e respectiva contrapartida
Histórico	Resumo sucinto do facto patrimonial, com referência aos documentos que o comprovam.
Importância	Corresponde ao valor das variações provocadas nas contas.

Classificação

Existem diversos tipos de lançamentos consoante a natureza dos movimentos a que respeitam:

- **Lançamentos de abertura** - Referem-se ao registo de situação patrimonial no início da escrita de um comerciante;
- **Lançamentos correntes** - Respeitam ao registo das operações efectuadas durante o exercício económico;
- **Lançamentos de estorno** - Destinam-se a anular ou rectificar outros registos ou a preencher alguma lacuna. Estes lançamentos são de exigência legal, pois a escrituração dos livros comerciais não pode ter rasuras, entrelinhas ou transporte para as margens (art.º 39.º do Código Comercial);
- **Lançamentos de regularização** - Servem para rectificar os saldos que não correspondem a realidade, sendo efectuados normalmente no final de cada ano, antes do apuramento dos resultados¹;

- **Lançamentos de transferência ou de apuramento de resultados** - São feitos para transferir os saldos das contas de custos e de proveitos para as contas de resultados;
- **Lançamentos de encerramento** - Fecham as contas que apresentam saldo após o apuramento de resultados;
- **Lançamentos de reabertura** - Registam, no começo de um exercício, os valores iniciais das contas, ou seja, os saldos finais das contas do exercício anterior.

1. Alguns destes lançamentos relacionam-se com o princípio da especialização (ou do acréscimo), segundo o qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. Exemplificando: a renda do imóvel paga em Dezembro, referente ao mês de Janeiro, corresponde a uma despesa que só será custo no mês de Janeiro. É, portanto, um custo a considerar somente no exercício seguinte.

D) MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

Método das partidas dobradas ou digráfico¹: de acordo com este método, a um registo de débito numa conta corresponde sempre um ou mais registos a crédito numa ou noutras contas e vice-versa, isto é, a um ou mais débitos corresponde sempre um ou mais créditos de igual montante.

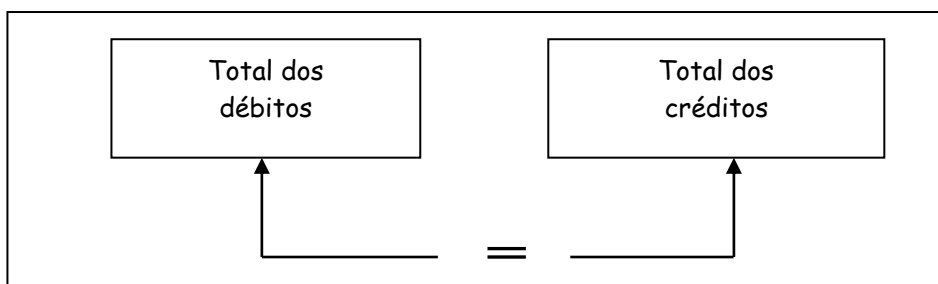
É essencial ter presente que a variação numa conta é sempre equilibrada pela variação de outra ou outras contas, por forma a que a equação fundamental da contabilidade se mantenha.

$$+ = +$$

Assim, qualquer variação no património afecta, a débito e a crédito, uma ou mais contas do:

- Activo;
- Capital próprio;
- Passivo.

O método das partidas dobradas permite que, após efectuados os lançamentos, se verifique a equivalência entre o total dos débitos e dos créditos no final do período contabilístico.



A constatação desta igualdade não é mais do que o controlo do trabalho contabilístico efectuado².

1. Este método, originário de Itália, foi aperfeiçoado ao longo do século XV, nas grandes cidades mercantis da Europa de então. Em Portugal foi introduzido por Marquês de Pombal.
2. Posteriormente, explicar-se-á como se faz este controlo.

Para vermos como este método se concretiza, comecemos por enumerar as regras a que os lançamentos das contas obedecem.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS		
CONTAS	DEBITAM-SE PELOS (AS)	CREDITAM-SE PELOS (AS)
Activo	Aumentos	Diminuições
Capital Próprio	Diminuições	Aumentos
Passivo	Diminuições	Aumentos

Raciocínio Contabilístico

Para se efectuar um lançamento, há que proceder ao seguinte raciocínio contabilístico:

Passo 1

Quais as contas afectadas?

Passo 2

As contas são do activo, do capital próprio ou do passivo?

Passo 3

Quais as contas que sofrem aumentos e as que sofrem diminuições

Passo 4

Quais as contas a debitar e a creditor?

Considere o seguinte facto patrimonial:

Compra de um veículo automóvel ligeiro pela Movelux, Lda, no valor de 20 000,00, pago por cheque.

Passo 1

Quais as contas afectadas?¹

- Aquisição do veículo automóvel → 3.2 Activos Tangíveis
- Pagamento efectuado por cheque → 1.2 Bancos

Passo 2

As contas são do activo, do capital próprio ou do passivo?

- 3.2 - Activos Tangíveis → É uma conta do activo, porque é um bem
- 1.2 - Bancos → É uma conta do activo, porque é um direito

Passo 3

Quais as contas que sofrem aumentos e as que sofrem diminuições?

- 3.2 - Activos Tangíveis → Aumento do activo
- 1.2 - Bancos → Diminuição do activo

Passo 4

Quais as contas a debitar e a creditar?

- 3.2 - Activos Tangíveis → debita-se
- 1.2 - Bancos → credita-se

Uma vez efectuado este raciocínio podemos fazer o seu lançamento nas respectivas contas

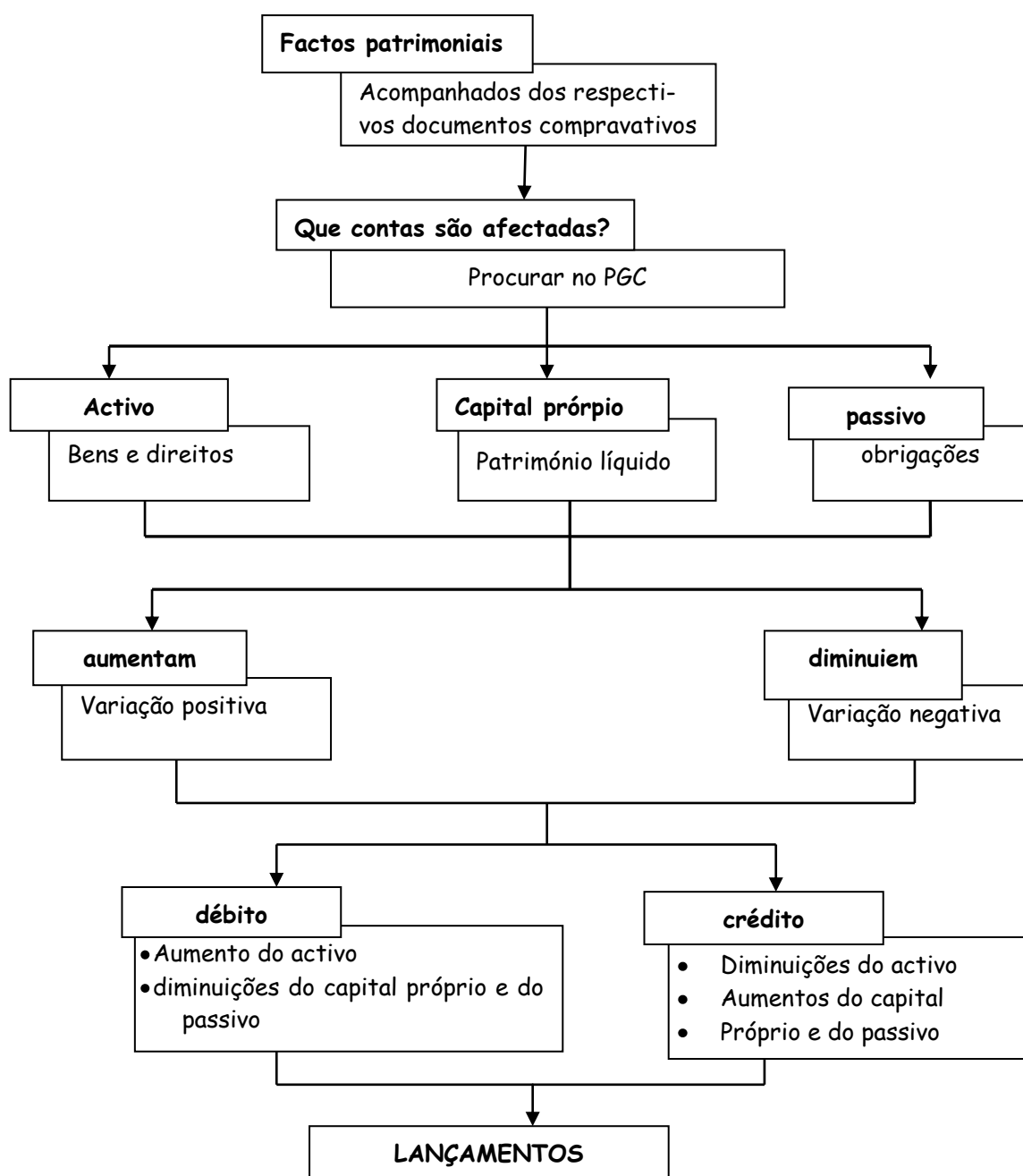
D	3.2 - Activos Tangiveis	C
20 000,00		

D	1.2 - Bancos	C
	20 000,00	

1 no PGC a conta em causa

Resumindo e esquematizando temos:

RACIOCÍNIO CONTABILÍSTICO



Como já referimos, o método das partidas dobradas, segundo o qual foram efectuados lançamentos, permite a manutenção da equação do balanço. Demonstremos então tal facto.

Imaginemos uma empresa no início da sua actividade que se constitui com um capital social de 40 000 MZM em depósitos à ordem. O lançamento a efectuar é o seguinte:

D	12- Depósitos à ordem	C
40 000,00		

D	51 - Capital	C
		40 000,00

Em termos de património, vem o seguinte

PATRIMÓNIO (valores em MZM)			
ACTIVO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Meios Financeiro:	<u>40 000</u>	Capital próprio:	
Depósitos bancários		Capital	<u>40 000</u>
	<u>40 000</u>	Total do capital próprio	<u>40 000</u>
Total do activo	40 000	Total do capital Próprio e do passivo	40 000

No que respeita à equação fundamental, temos:

$$A = CP + P$$

$$40\,000 = 40\,000 + 0$$

Ou seja, mantém-se a igualdade.

Seguidamente, adquiriu mercadorias, a prazo, no valor de 30 000,00

O lançamento a efectuar é o seguinte

D	2.1.1 - Compras	C
a)30 000,00	b)30.000,00	

D	4.2.1 - Fornecedores C.C	C
		a)30 000,00

1 Posteriormente, verificará que se regista a compra de mercadorias inicialmente na conta 2.1 - Compras.

Pela transferência das mercadorias para o armazém faz-se o seguinte lançamento:

D	2.2	C
b)30.000,00		

E m termos de património, vem o seguinte:

PATRIMÓNIO (meticais)			
ACTIVO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Circulante:		Capital próprio:	
Existências	30 000,00	Capital	40 000,00
Depósitos bancários	<u>40 000,00</u>		
	<u>70 000,00</u>	Total do capital próprio	<u>40 000,00</u>
		Passivo:	
		Dívidas a terceiros - curto prazo	
		Fornecedores	<u>30 000,00</u>
		Total do passivo	<u>30 000,00</u>
		Total do capital próprio e do passivo	70 000,00
Total do activo	70 000,00		

E, como pode observar, a igualdade mantém-se:

=	+
=	+

E) PROCESSO CONTABILÍSTICO

Registo Contabilístico

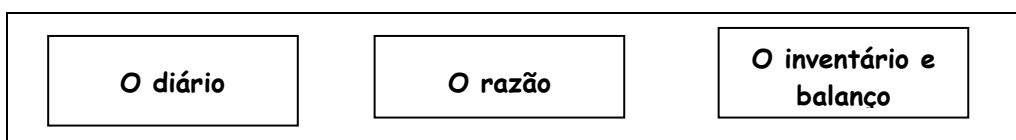
Como já sabe, no decorrer da actividade de uma empresa surgem factos patrimoniais. Estes têm de ser registados em livros próprios, sempre com base em documentos comprovativos.

A lei, no Código das Sociedades, obriga, por um lado, à escrituração comercial, por outro, à existência de determinados livros.

Obrigatoriedade da escrituração comercial¹ - Todo o comerciante é obrigado a ter livros que dêem a conhecer, fácil, clara e precisamente, as suas operações comerciais e património

Livros obrigatórios² - São indispensáveis a qualquer comerciante os seguintes livros: de inventário e balanço; diário; razão; copiador.

Existem ainda, consoante o tipo de sociedade³ e de acordo com o seu objecto⁴, outros livros obrigatórios. Para nós, os livros mais importantes são:



Diário

Diário⁵:- Servirá para os comerciantes registarem, dia a dia, por ordem cronológica, em assento separado, cada um dos seus actos que modifiquem ou possam vir a modificar o seu património

De facto, no diário, faz-se o registo cronológico, em assento separado por débitos e por créditos, dos factos patrimoniais que modificam ou podem vir a modificar o património.

1 Art.º 29.º do Código Comercial.

2 Art.º 31.º do Código Comercial.

3 Por exemplo, as sociedades anónimas são obrigadas a possuir o livro de registo de acções.

4 Por exemplo, as empresas de transportes terrestres e fluviais são obrigadas a possuir o livro de resumo dos transportes efectuados.

5 Art.º 34.º do Código Comercial

O diário tem a seguinte estrutura:

DIÁRIO					
1	2	3	4	5	6
1.Número de ordem do lançamento. 2.Preposição a (antes da conta creditada). 3.Contas movimentadas e descrição do lançamento. 4.Número do fólio do razão geral. 5.Coluna auxiliar das importâncias. 6.Coluna principal das importâncias.					

Vejamos, como exemplo, o registo dos seguintes factos patrimoniais:

a) No dia 25 de Julho do ano N, efectuou-se um depósito à ordem em numerário de 200 000,00MT, conforme guia de depósito n.º 789;

b) No dia 26 de Julho do ano N, efectuou-se a compra de mercadorias a pronto pagamento, no valor de 50 000,00MT conforme factura-recibo n.º 987.

23		Nova Cidade, 25 de Junho do ano N			
		1.2 Bancos	2		
	a	1.1 Caixa	1		
		P/Guia de depósito n.º 789			200 000,00
		_____26_____			
24		2.1.1 compras	3		
	a	1.1 caixa	1		
		P/Factura-recibo n.º 987			
		_____//_____			50 000,00
25		2.2 Mercadrias	4		
	a	2.1 Compras	3		
		2.1.1 Mercadorias			
		p/envio de mercadrias			50.000,00

O diário serve de base à escrituração do razão.

Razão¹ - Servirá para escriturar o movimento de todas as operações do diário, ordenadas por débito e crédito, em relação a cada uma das respectivas contas, para se conhecer o estado e a situação de qualquer delas, sem necessidade de se recorrer ao exame e separação de todos os lançamentos cronologicamente escriturados no diário.

O razão tem a seguinte estrutura:

RAZÃO											
Ano		a	1	2	3	Ano		a	1	2	3
Mês	Dia					Mês	Dia				
1. Conta creditada (debitada)											
2. Número de lançamento no diário											
3. Importância											

Vejamos os mesmos lançamentos feitos no razão:

11 - Caixa									
200x									
Jul	25	De	Depósitos à ordem	233	200 000,00				
	26	de	compras	234	50 000,00				

12- Depósitos à ordem									
200x									
Jul	25	a	Caixa	233	200 000,00				

31 - Compras									
200x									
Jul	26	a	Caixa	234	50 000,00				

Balancete

Balancete- É o quadro onde se inscrevem todas as contas do razão, com os totais de débito e de crédito acumulados e os respectivos saldos, referidos a uma certa data.

Lembremos que:

Se no método das partidas dobradas a um ou mais registos a débito corresponde sempre um ou mais registos a crédito de igual montante, então o balancete permite conferir as passagens do diário para o razão.

TOTAL DO DIÁRIO	=	TOTAL DOS DÉBITOS DO RAZÃO	=	TOTAL DOS CRÉDITOS RAZÃO
-----------------------	---	----------------------------------	---	--------------------------------

São elaborados balancetes periodicamente, de uma forma geral, todos os meses, com a finalidade de:

- Conferir as passagens do diário para o razão;
- Verificar a situação da empresa.

Estes balancetes tem o nome de balancetes de verificação.

O balancete tem a seguinte estrutura:

Contas	Movimentos acumulados		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedores	Credores

Exemplifiquemos:

Se a conta Caixa tiver registados os seguintes valores:

D	11 - caixa	C
900 000,00		200 000,00
		50 000,00

Teremos:

Contas	Movimentos acumulados		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedores	Credores
11- Caixa	900 000,00	250 000,00	650 000,00	

Inventário e Balanço

Inventário e balanços — Este livro começará pelo arrolamento de todo o activo e passivo do comerciante, ¹fixando a diferença entre aquele e este, o capital que entra em comércio, e servirá para nele se lançarem, dentro dos prazos legais, os balanços a que tem de proceder.

O **inventário** consiste numa relação (lista) dos elementos patrimoniais com a indicação do seu valor.

O **balanço** consiste na comparação entre os elementos patrimoniais activos e os elementos patrimoniais passivos, que são conhecidos após a elaboração do inventário, com a finalidade de encontrar o valor e a natureza do capital próprio.

Acrescentando o capital próprio ao inventário obtém-se o balanço que constitui o mapa da situação patrimonial da empresa num determinado momento.

O comerciante é obrigado a elaborar um balanço anualmente.

"Todo o comerciante é obrigado a dar balanço anual ao seu activo e passivo nos três primeiros meses do ano imediato e a lançá-lo no livro do inventário e balanços" (...) ²

O balanço será objecto de estudo pormenorizado posteriormente.

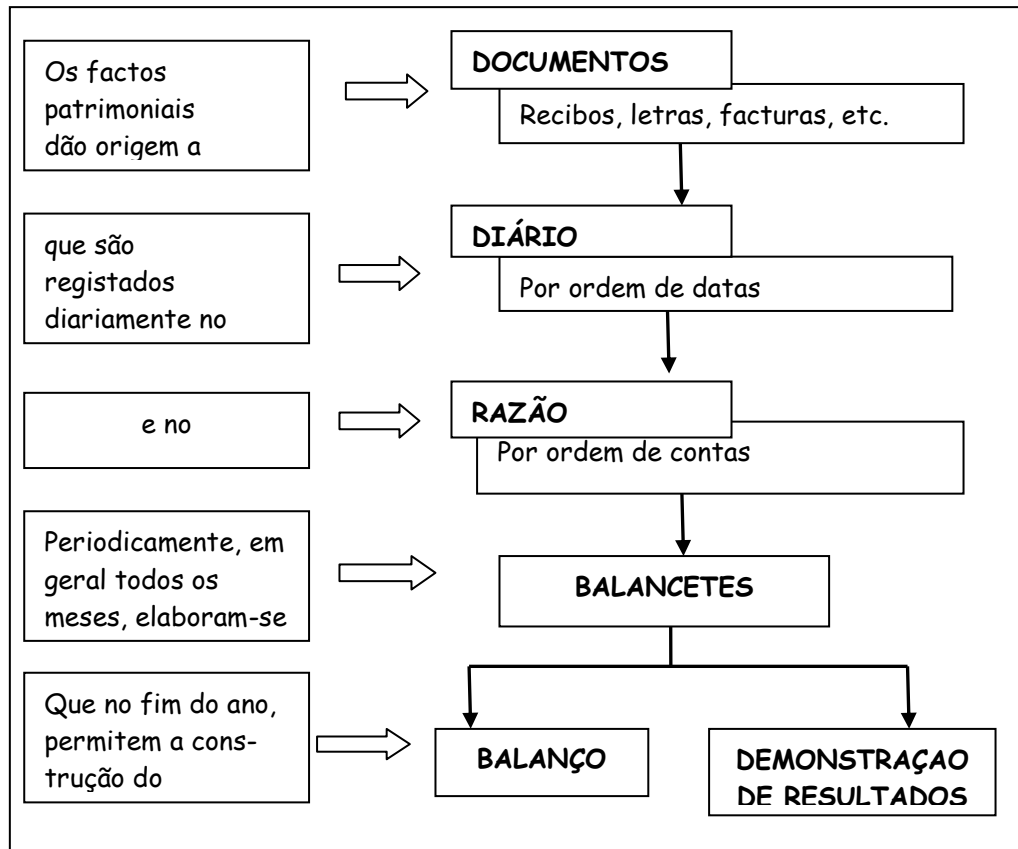
Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados mostra como se chegou a determinado resultado. Assim, indica quais as razões que levaram a alteração do capital próprio, durante determinado exercício económico. Se essas alterações são positivas, a empresa tem um lucro, se são negativas, tem um prejuízo.

Do mesmo modo que o balanço, a demonstração de resultados será alvo de posterior estudo.

Processo Contabilístico

Finalmente, podemos ilustrar o processo contabilístico



Leituras Recomendadas

Deixamos-lhe agora algumas indicações bibliográficas para poder, caso considere conveniente, aprofundar o seu estudo sobre a matéria desta Unidade.

LIVRO	
Título	<i>Elementos de Contabilidade Geral</i>
Autor	António Borges, Azevedo Rodrigues, Rogério Rodrigues
Edição	15.ª Edição
Publicação	Rei dos Livros, 1997

Título	<i>A Empresa e a Contabilidade</i>
Autor	Hélder Viegas da Silva, Maria Adelaide Matos
Edição	7.ª Edição
Publicação	Texto Editora, 1991

Título	<i>Contabilidade Financeira</i>
Autor	Carlos Baptista da Costa, Gabriel Correia Alves
Edição	s.e.
Publicação	Rei dos Livros, 1996

UNIDADE II - CONTAS DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

INTRODUÇÃO

Depois de se conhecer os elementos basilares da contabilidade, como os factos patrimoniais, as contas e o método das partidas dobradas, vamos passar para o estudo detalhado do Plano Geral de Contabilidade, das contas que o compõem, do Balanço e da Demonstração de Resultados .

Chegou o momento de caracterizar e ver como estão organizadas as contas no Plano Geral de Contabilidade e porquê.

Nesta unidade vamos fazer lançamentos em contas de balanço e de resultados e iremos elaborar o balanço e a demonstração de resultados.

OBJECTIVO

No final desta unidade, deverá estar apto a:

- Fazer lançamentos no diário e no razão, baseado nas contas PGC e a elaborar o balanço e a demonstração de resultados

CAPITULO-4 CONTAS DO BALANÇO

QUESTÕES

- Onde se posicionam, no balanço, as contas de acréscimos e diferimentos?
- o resultado líquido do exercício fosse negativo como seria registado no balanço?
- E a conta de IVA Apuramento tiver um saldo devedor, o valor do IVA será a receber ou a pagar?

PLANO

A) Contas do Activo

- Contas dos Activos Tangiveis
- Contas dos Inventarios e Activos Biologicos

A) CONTAS DO ACTIVO

Propomos agora aprofundar o seu conhecimento do PGC.

Começamos por recordar que as 10 classes de contas¹ se distribuem, essencialmente, por categorias, das quais vamos ver, para já, as:

Contas de balanço: aquelas que, num dado momento, permitem conhecer a situação patrimonial, da empresa e identificar os resultados num dado período

As contas das classes 1 e 5 devidamente organizadas no balanço, espelham a composição e valor do património da empresa.

É nestas contas de balanço que se lançam directamente os valores dos elementos patrimoniais concretos que compõem o património da empresa - classes 1 a 4.

Nas contas da classe 5 são lançados apenas valores abstractos.

Assim, e de acordo com a natureza patrimonial dos elementos a que dizem respeito, as contas de balanço distribuem-se por activo, capital próprio e passivo.

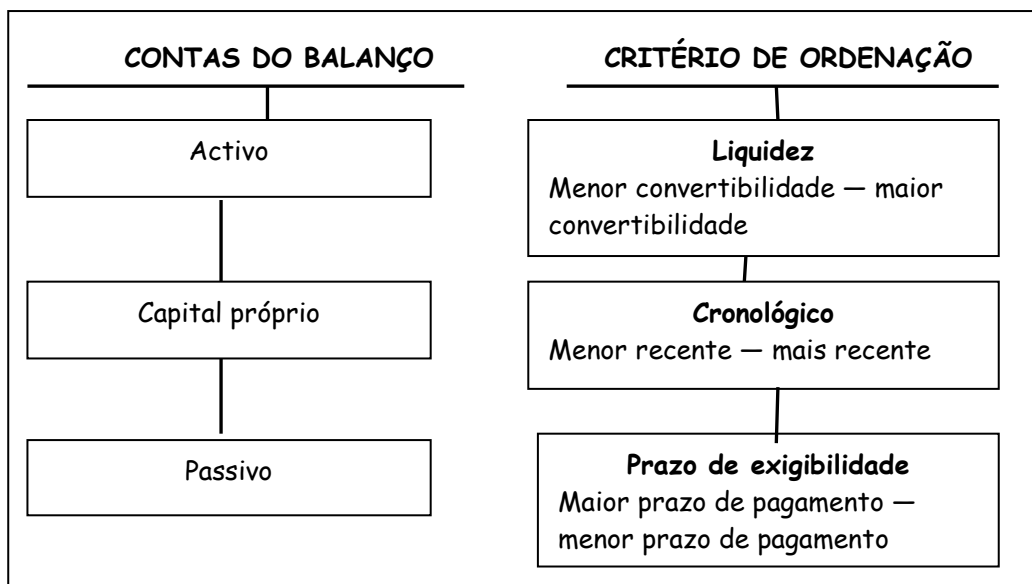
Vejamos:

BALANÇO DA EMPRESA.X, EM 30/11/0X .			(Valores em mires)		
PGC			PGC		
	ACTIVO			CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
	Activos Tangíveis			Capital próprio:	
33	Activos Intangíveis	30 000,00		Capital	180 000,00
32	Activos Tangíveis	70 000,00	51		
		100 000,00	551	Reservas legais	20 000,00
			59	Resultados transitados	10 000,00
					210 000,00
	Inventario e Activos Biog:			Total do capital próprio	
22	Mercadrias	400 000,00			
411+412	Dívidas de terceiros:		42+422+431	Passivo:	
	Médio e longo prazo	100 000,00		Dívidas a terceiros:	
	Curto prazo	165 000,00		Médio e longo prazo	400 000,00
11+12	Depósitos bancários e caixa			Curto prazo	265 000,00
		110 000,00			
		775 000,00		Total do passivo	665 000,00
	Total do activo	875 000,00		Total do capital próprio e do passivo	875 000,00

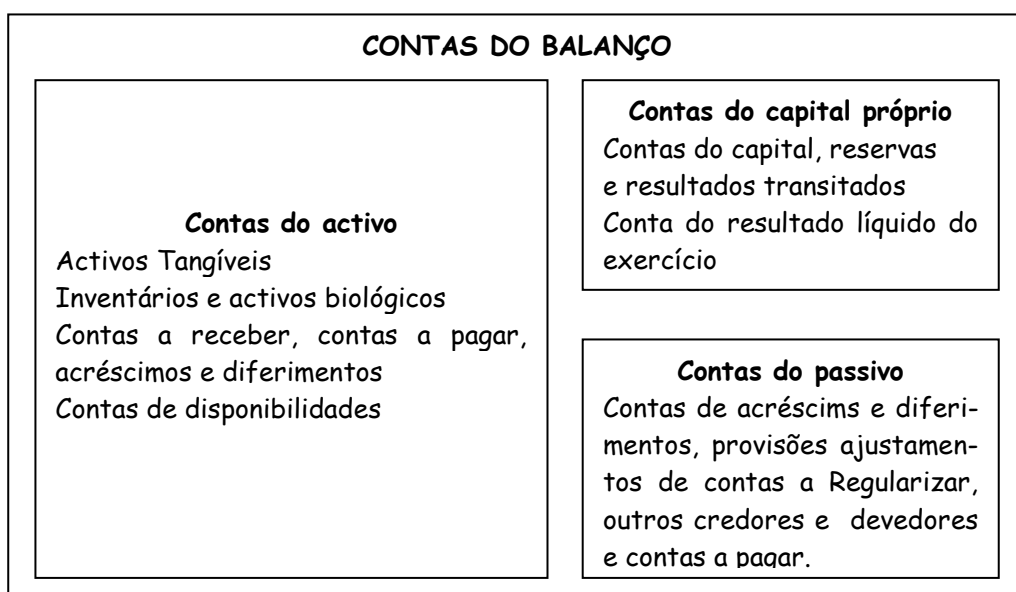
Reparou, com certeza, que a classe 2 — Inventários e activos biológicos — define contas do activo e as dividas de terceiros.

1. Consulte, no PGC, as Considerações Técnicas referentes ao Quadro de contas.

Todas estas contas estão ordenadas no balanço segundo critérios bastante precisos; verifique tal facto no quadro seguinte, que pode confrontar com a ordenação do balanço acima apresentada.



Para que possa fazer lançamentos correctos nas contas, vamos analisá-las mais em pormenor¹, dando sobretudo atenção à natureza dos elementos patrimoniais que as compõem.



1. Para melhor se situar, leia paralelamente o mapa dos códigos de contas do PGC, bem como as notas explicativas sobre o conteúdo e movimentação de algumas contas.

Contas dos Investimentos de Capital

CONTAS de Activos Tangíveis e Intangíveis	
Bens e direitos adquiridos pela empresa para fazerem parte do seu património com carácter permanente e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da empresa.	
Activos Intangíveis	Diversos elementos patrimoniais sem existência física: marcas, patentes, alvarás, despesas de instalação, etc
Activos Tangíveis	Diversos elementos patrimoniais que a empresa possui e de que necessita para exercer a sua actividade: viaturas, máquinas, secretárias, cadeiras, etc.
Activos Tangíveis de investimentos	Integra as aplicações financeiras de carácter permanente, como por exemplo, participações de capital, e outros títulos adquiridos e, investimentos em imóveis - Activos Tangíveis de rendimento.
Amortizações acumuladas	Depreciações dos activos Tangíveis considerados no exercício e exercícios anteriores
Provisões para investimentos financeiros	Provisões para cobrir perdas nos investimentos financeiros, ou seja, quando o custo de aquisição é maior do que o preço de mercado.

Exemplo 1

Aquisição, a prazo, de um escritório no valor de 30 000,00. Foram suportados 3 500,00, pagos por D.O., relativos à celebração do contrato (sis, registos, etc). O escritório destina-se ao departamento comercial.

D	321- Construções	C
30 000,00		

D	4619- Outras Operações	C
		30 000,00

D	321 Construções	C
3 500,00		

D	12 Depósitos à ordem	C
		3 500,00

NB: No caso de um imóvel adquirido para rendimento seria contabilizado na conta 313 Outros Investimentos financeiros

Exemplo 2

Aquisição de um computador pelo valor de 2 000,00 (sobre este valor incide IVA à taxa de 17%, dedutível). A empresa vendedora cobrou pelo transporte, instalação de programas e transferência de ficheiros 200,00 (sobre este valor incide IVA à taxa de 17%, dedutível).

Esta compra foi efectuada a pronto, tendo a dívida sido paga por D. O. O objecto social da empresa é a execução da contabilidade de pequenas e médias empresas e o computador destina-se a efectuar a contabilidade da própria empresa.

D 322-Equipamento básico C	
2 200,00	
44322-IVA-	
D Dedutível-Activos tang e intan. C	
374,00	
D 12 Depósitos à ordem C	
	2 574,00

Contas dos Inventários e Activos Biologicos

CONTAS DE INVENTARIOS E ACTIVOS BIOLOGICOS	
Bens que se destinam a venda ou produção.	
Mercadorias	Bens adquiridos para venda.
Matérias-prima, subsidiárias e de consumo	As matérias-primas, depois de transformadas, originam produtos acabados, ou seja, os que se destinam a venda; deverão aparecer nas contas correspondentes de acordo com a sua fase da transformação
Produtos e trabalhos em curso	
subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Produtos acabados e intermédios	
Provisões para depreciação de Mercadorias	Devem constituir-se quando se verificar que o presumível valor de venda das mercadorias é inferior ao custo de aquisição ou produção das mesmas.

Exemplo 3

A empresa X tinha em armazem, no início do ano, 3 000,00 de mercadorias. Durante o ano realizou compras no valor global de 24 000,00 (sobre este valor recaiu IVA a taxa de 17%, dedutível) e vendeu Mercadorias, pelo valor global de 35 000,00 (sobre este valor recaiu IVA a taxa de 17%), cujo preço de custo foi de 22 000,00. Portanto, no final do ano, o valor das mercadorias era de 5 000,00. Considere que as operações foram efectuadas a pronto, sendo os montantes recebidos ou pagos através da conta de depósitos à ordem.

A contabilização dos factos descritos é a seguinte:

D		12 Depósitos à ordem		C	
(4)	40 950,00		28 080,00	(1)	

44321-IVA-Dedutível-Inventários		44331-IVA-liquidado parações gerais	
1)	4 080,00		5 950,00 (4)

D 211- Compras- Mercad C	
1) 24 000,00	24000,00 (2)

D 22- Mercadorias C	
SI 3 000,00	22 000,00(3)
(1) 24 000,00	

D 611-CIVC-Mercadorias C	
2)22 000,00	

D 711 Vendas- Mercadorias C	
	35 000,00 (4)

1. Valor das compras, transferência para a conta de mercadorias.
Esta transferência pode ser efectuada durante o exercício, se a empresa utilizar o sistema de inventário permanente, ou, no final do exercício, pelo valor total das aquisições, se a empresa utilizar o sistema de inventário intermitente.

2. Valor do custo das mercadorias vendidas.
A contabilização do custo das mercadorias pode ser efectuada durante o exercício, se a empresa utilizar o sistema de inventário permanente, ou, no final do exercício, pelo valor global do custo das vendas, se a empresa utilizar o sistema de inventário intermitente.

CONTAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	
Dívidas a receber de terceiros a curto, médio ou longo prazo.	
Clientes ¹	Regista os movimentos com os compradores de mercadorias; de produtos e de serviços. Incluem-se nesta conta dívidas a receber, tituladas ou não, originadas pela venda de mercadorias e produtos.
Fornecedores	Engloba os adiantamentos a fornecedores.
Estado e outros entes públicos	Operações entre a própria empresa e os detentores do capital Social
Accionistas (sócios)	Dívidas a receber de terceiros, que não se incluem nas outras contas desta classe.
Outros devedores	Provisões criadas para perdas que se podem vir á verificar ha cobrança das dívidas de terceiros, nomeadamente dos clientes
Provisões para cobrança duvidosas	Dívidas a receber, originadas pelas operações realizadas com a administração central e local e com a segurança social

CONTAS DE DISPONIBILIDADES	
Meios líquidos da empresa, em poder desta ou depositados em instituições de crédito ou sob a forma de aplicações de tesouraria de curto prazo.	
Títulos negociáveis	Títulos adquiridos com o objectivo de aplicação de tesouraria de curto prazo (bilhetes do tesouro, títulos cotados em bolsa, etc.), ou seja, por um período inferior a um ano.
Outras aplicações de tesouraria	Outras aplicações com características de curto prazo incluídas nas restantes contas desta classe
Depósitos à ordem	Valores depositados em instituições de crédito e mobilizáveis em qualquer momento.
Depósitos a prazo	Valores depositados nas instituições de crédito, por um determinado prazo, mobilizáveis antecipadamente ou não.
Caixa	Notas e moedas; valores assimiláveis não imediatamente disponíveis, tais como títulos à vista (cheques a receber, vales de correio).
Provisões para aplicações de tesouraria	Provisões criadas para possíveis perdas em aplicações de tesouraria de curto prazo, que são deduzidas aos valores aplicados em títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria.

CONTAS DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS¹	
Acréscimo de proveitos	Proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a realizar-se no exercício ou exercícios posteriores.
Custos diferidos	Despesas incorridas no exercício ou em exercícios anteriores, cujo custo deva ser reconhecido nos exercícios seguintes

B) CONTAS DE CAPITAL PRÓPRIO

CONTAS DE CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	
Capital	Representa o valor constante do contrato de sociedade, subscrito pelos sócios
Reservas	Representa a parte retida pela empresa, proveniente de uma parte de lucros, ou de actualizações de valores do activo imobilizado.
Resultados transitados	Resultados transitados do exercício anterior.

CONTA DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
Resultado obtido no exercício, ou seja, lucro ou prejuízo.

CONTAS DO PASSIVO

PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS
Valores para cobrir perdas não previstas e outros encargos como, por exemplo, processos judiciais em curso, acidentes no trabalho e doenças profissionais.

DÍVIDAS A TERCEIROS	
Dívidas a pagar a terceiros a curto, médio ou longo prazo	
Clientes¹	Engloba os adiantamentos de clientes e os adiantamentos por conta de vendas
Fornecedores¹	Regista os movimentos com os vendedores de bens e serviços, com excepção dos destinados aos Activos Tangíveis
Empréstimos obtidos	Financiamentos contraídos pela empresa
Estado	Dívidas a pagar originadas pelas operações realizadas com a administração central e local e com a segurança social.
Accionistas (sócios)	Operações entre a própria empresa e os detentores do capital social.
Outros credores	Dívidas a pagar a terceiros que não devam ser incluídas nas outras contas da classe.

CONTAS DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
Acréscimos de custos	Custos a reconhecer no exercício, cuja despesa só venha a incorrer no exercício ou em exercícios seguintes.
Proveitos diferidos	Receitas realizadas no exercício ou em exercícios anteriores, cujo proveito deva ser reconhecido nos exercícios seguintes.

CAPITULO 5- CONTAS DE RESULTADOS

QUESTÕES

- Qual a diferença entre Resultados Financeiros e Resultados Correntes?
- Será devedor ou credor o saldo da conta Resultado Líquido do Exercício numa empresa que apresenta prejuízos?

PLANO

- A) Definição
- B) Conteúdo das Contas de Resultados
- C) Lançamentos - Um Exemplo

A) DEFINIÇÃO

As contas de resultados podem definir-se da seguinte forma:

Contas de resultados: contas que permitem conhecer a origem de um determinado resultado, i.e., todos os custos e perdas suportados e todos os proveitos ganhos obtidos pela empresa.

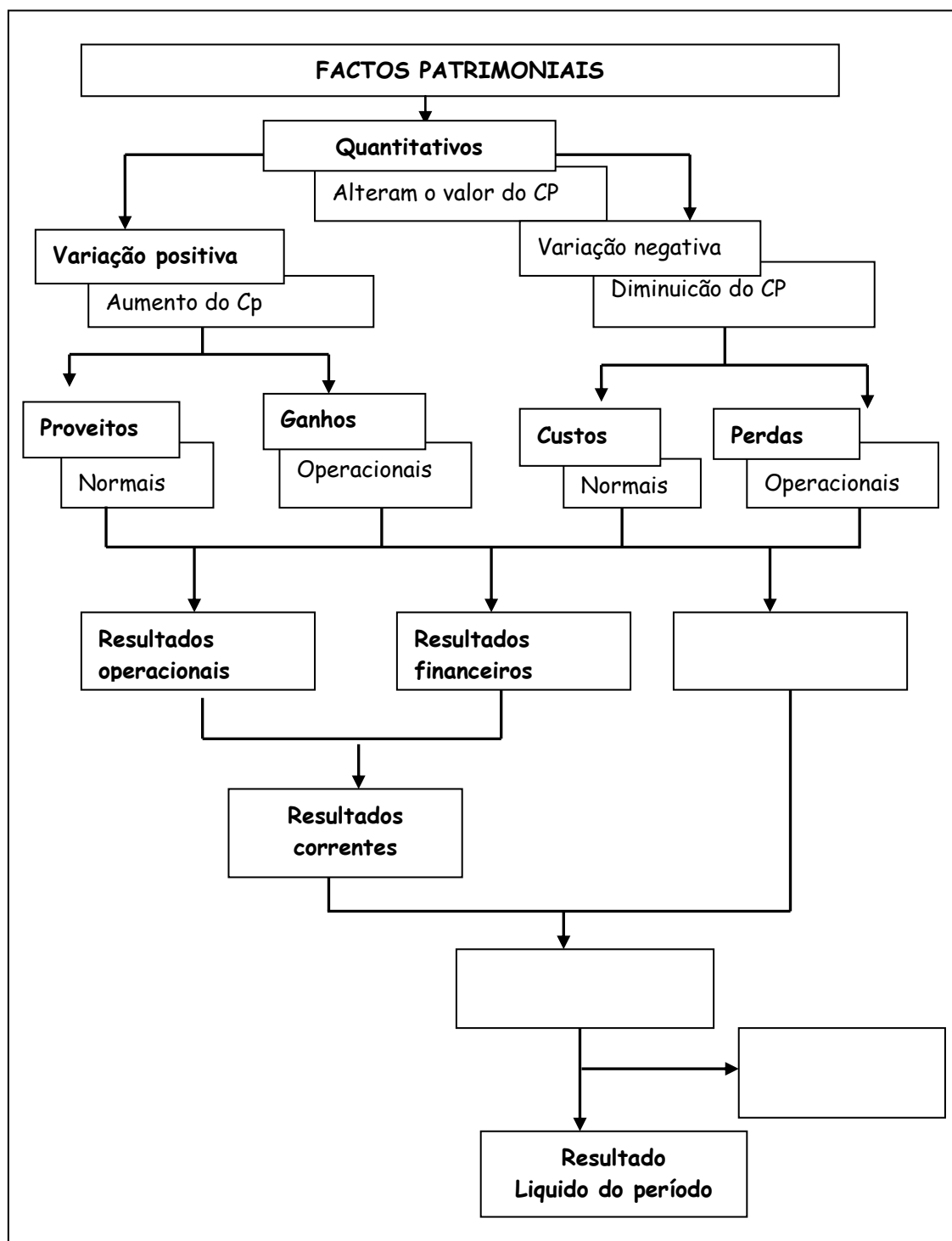
As contas de resultados estão incluídas nas classes 6,7 e 8 do PGC.

- As contas da classe 6 - Custos e perdas e 7 - Rendimentos e ganhos, permitem determinar os resultados operacionais, os resultados financeiros e resultados correntes
- A classe 8 - Resultados compreende as seguintes contas:

81 - Resultados operacionais: concentra, no fim do exercício, os saldos das contas 61 a 68 e 71 a 76.
82 - Resultados financeiros: reúne os saldos das contas 69 e 78.
83 - Resultados correntes: esta conta é de utilização facultativa; reúne os saldos das contas 81 e 82.
85 - Imposto sobre rendimento
88 - Resultado líquido do período: engloba os saldos das contas anteriores.
89 - Dividendos antecipados

Quando estudamos as contas de resultados, surge o problema de, por se tratar de contas do capital próprio, dizerem respeito a valores abstractos.

Então, qual é a origem dos valores inscritos nas contas de resultados?



B) CONTEÚDO DAS CONTAS DE RESULTADOS

Como acabou de ver, a conta Resultado líquido do exercício conjuga:

- Resultados operacionais;
- Resultados financeiros;
- Resultados correntes;

Para que seja possível efectuar lançamentos sobre estas contas, precisa de conhecer detalhadamente o conteúdo de cada uma delas. Para isso, consulte o quadro seguinte:

6 - CUSTOS E PERDAS	
61 -Custo dos Inventários (CI):	O custo das mercadorias respeita ao valor de saída das mercadorias em armazém quando a empresa procede à sua venda; o custo das matérias consumidas respeita à soma dos valores das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, utilizadas no processo produtivo para a obtenção do produto.
63 -Fornecimentos e serviços de terceiros:	custos imediatos (água, electricidade, rendas, combustíveis, transportes, etc).
64 -Ajustamento do período:	Ajustamento de Inventário para o valor realizável líquido
65 -Amortizações do período:	as imobilizações sofrem ao longo do tempo uma depreciação (devido ao uso, alterações nos gostos dos consumidores, progresso tecnológico) por isso, anualmente procede-se ao registo do seu desgaste.
66-Provisões do período:	têm como finalidade fazer face a prejuízos prováveis de montante incerto.
69 -Gastos e perdas financeiros:	juros devidos por empréstimos contraídos, descontos concedidos aos clientes sobre as vendas a pronto pagamento, despesas com serviços bancários, etc.

7 - RENDIMENTOS E GANHOS
71- Vendas: proveitos resultantes da venda, a clientes, dos bens comercializados ou produzidos.
72 - Prestações de serviços: proveitos que resultam de serviços prestados próprios da actividade da empresa.
73- Investimentos Realizados pela própria empresa: proveitos que não resultam da actividade principal da empresa.
74- Reversões d período: Esta conta trata de ajustamento do período
75- Rendimentos Suplementares: Engloba todas as receitas que não proveêm da actidade principal da empresa
76- Outros rendimentos e ganhos operacionais: proveitos que não devem ser incluídos nas restantes contas desta classe.
78- Proveitos e ganhos financeiros: receitas resultantes de aplicações que empresa efectua.

Recorde que:

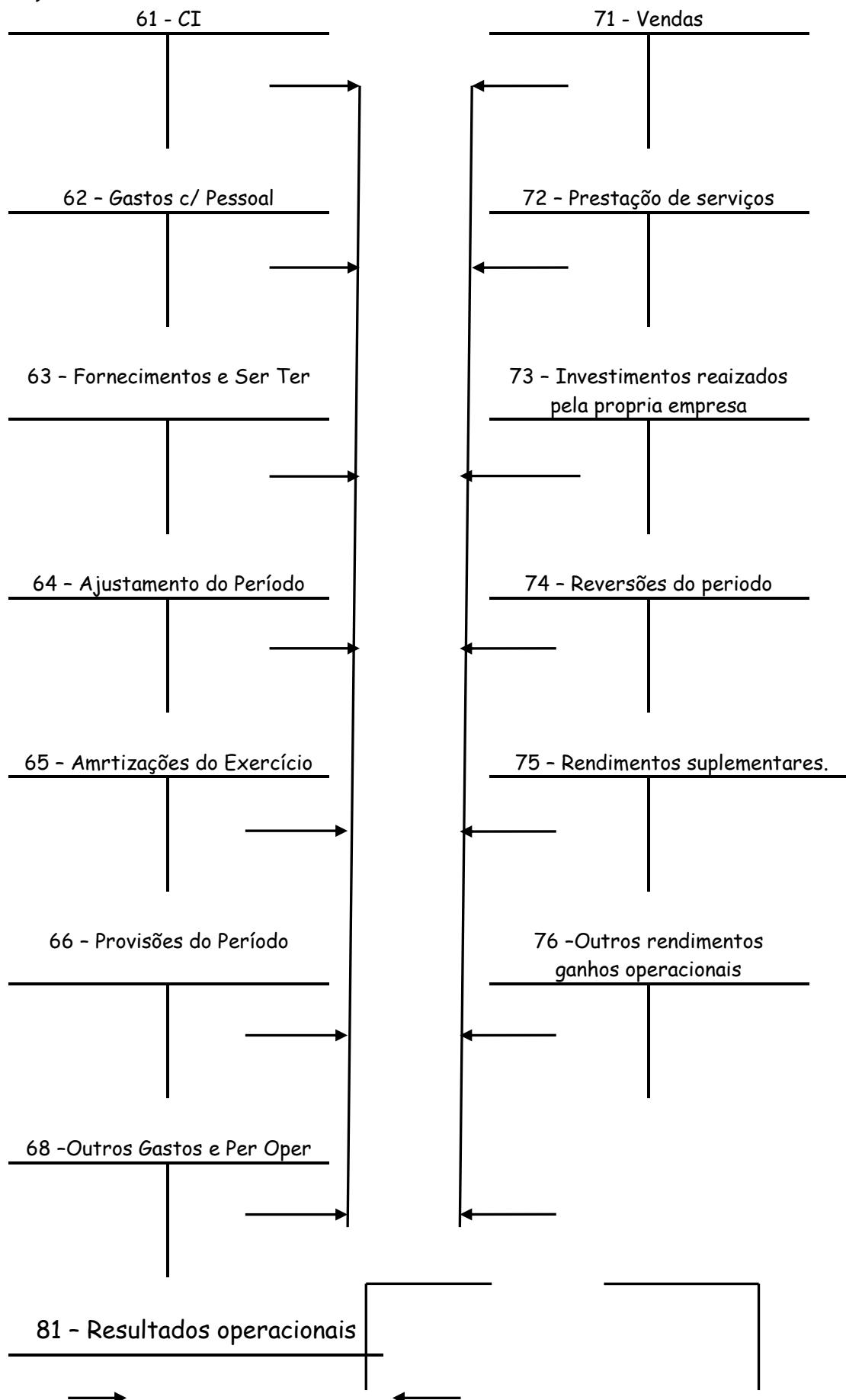
- Os custos e perdas estão contabilizados a débito na classe 6;
- Os proveitos e ganhos estão contabilizados a crédito na classe 7.

No fim do exercício, são transferidos para a classe 8.

Como já teve ocasião de observar, os Resultados operacionais (conta 81) concentram os custos e os proveitos. Resta-lhe agora recordar que estes derivam das operações de gestão corrente da empresa.

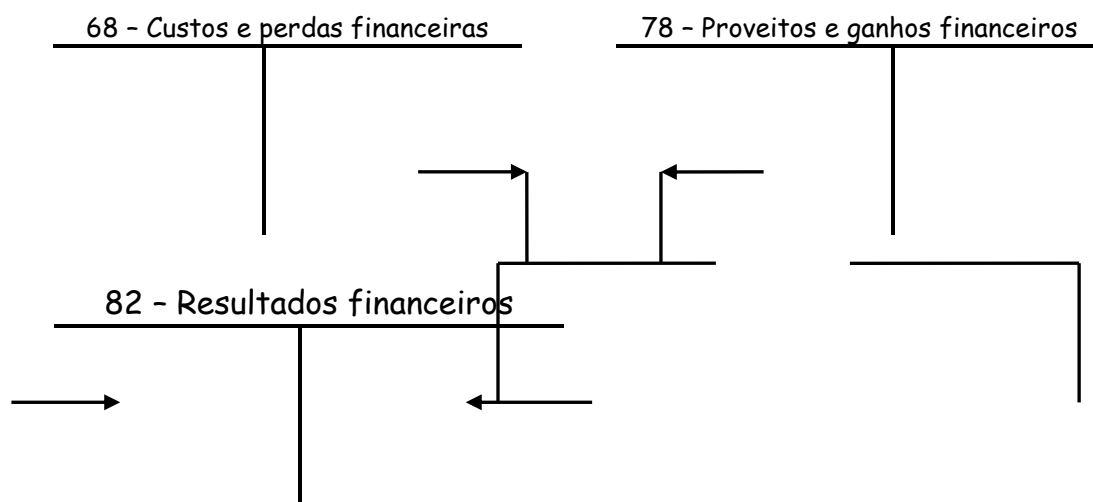
- Os custos estão contabilizados na classe 6 (contas 61 a 69) e
- Os proveitos na classe 7 (contas 71 a 78).

C)?



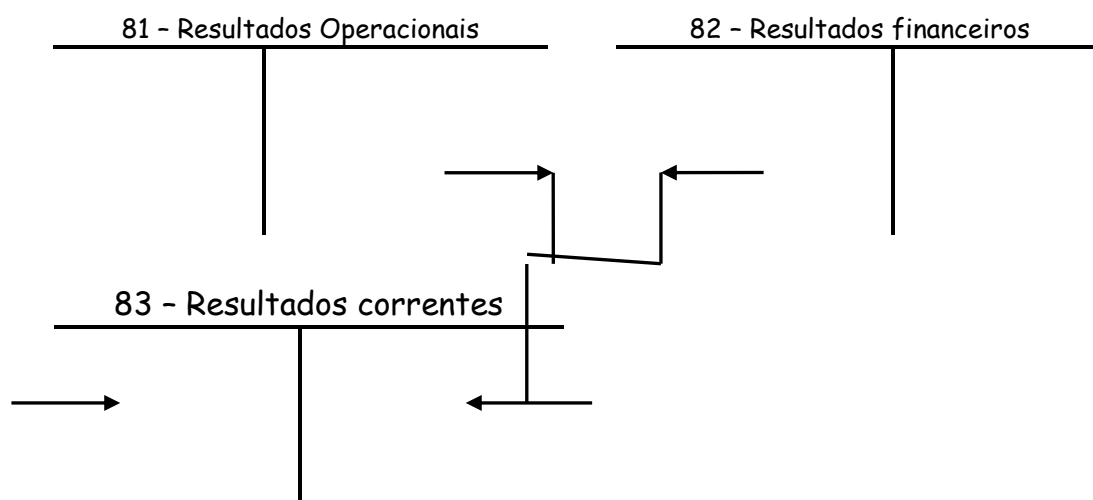
Resultados Financeiros

O PGC considera que os custos e os proveitos de natureza financeira são individualizados e transferidos para a conta Resultados financeiros (conta 82). Pretende, assim, pôr em destaque os resultados provenientes de aplicações de recursos financeiros com vista a obter rendimentos (acções, quotas, prédios de rendimento, etc) e os provenientes de empréstimos contraídos com vista obter financiamentos



Resultados correntes

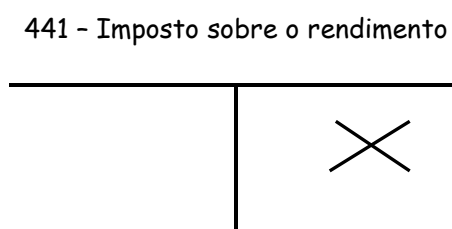
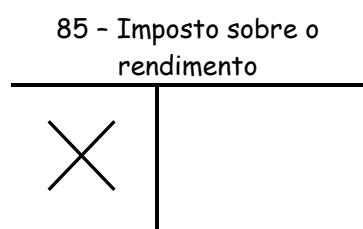
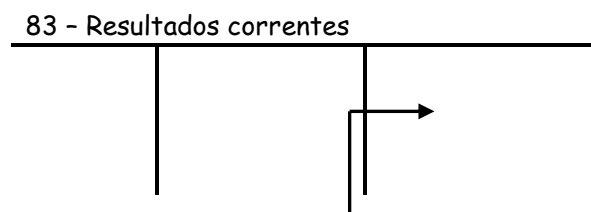
A conta 83, de utilização facultativa, agrupará os saldos das contas 81 - Resultados operacionais e 82 - Resultados financeiros.



Qual poderá ser o valor do resultado líquido?

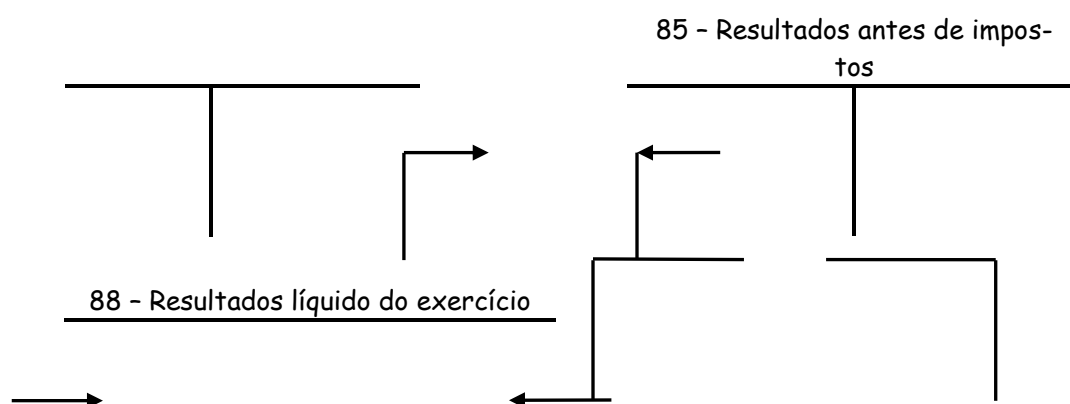
Resultados Antes de Impostos

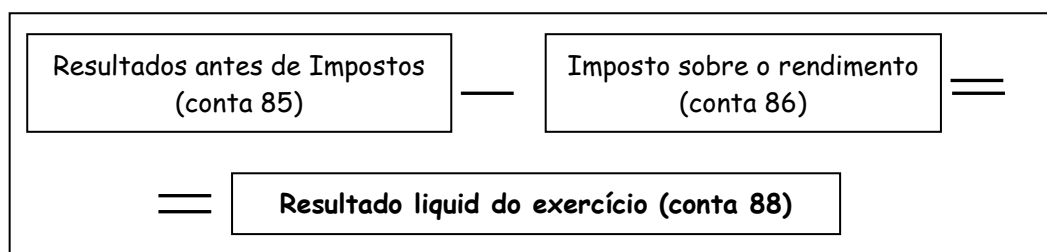
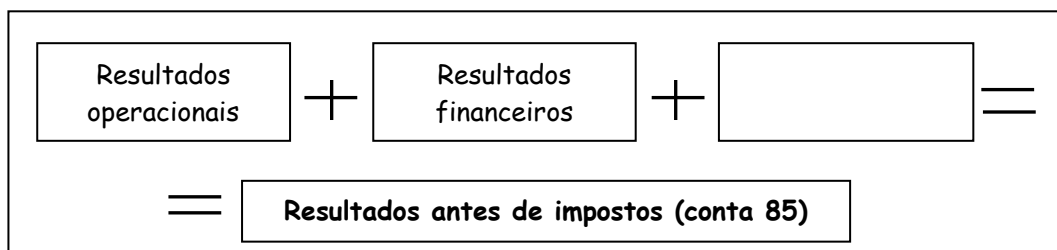
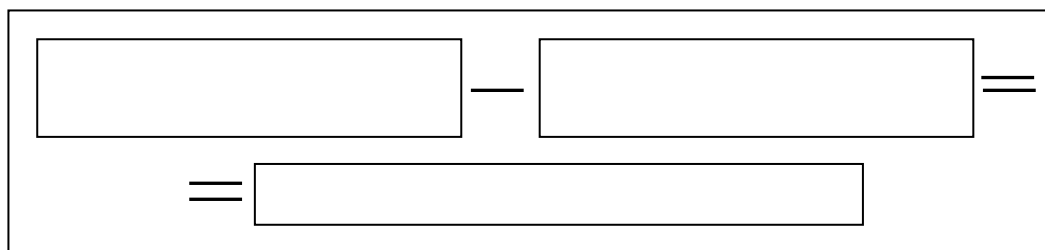
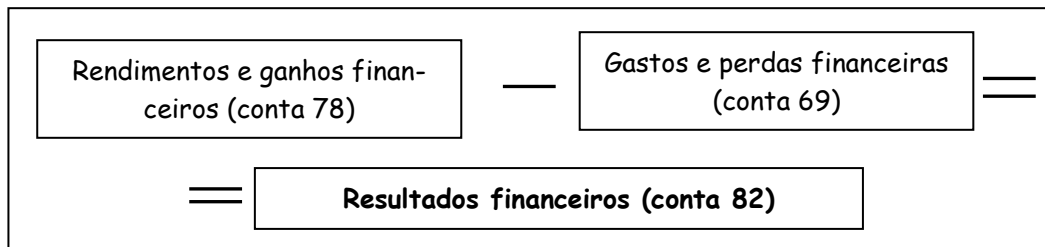
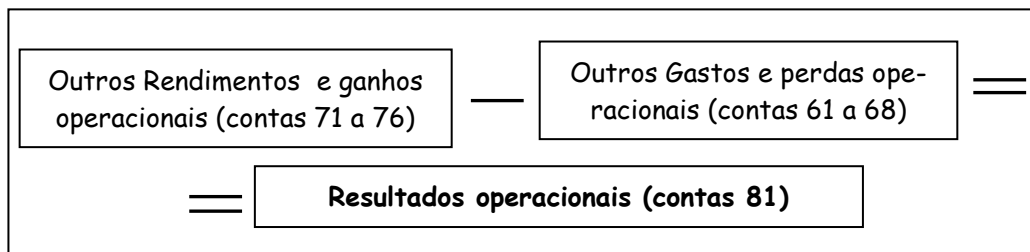
A conta 85 é de utilização facultativa e irá servir para englobar os saldos das contas 83 e 84 ou os saldos das contas 81, 82 e 84. Ainda que não seja utilizada, tais resultados estão evidenciados nas demonstrações financeiras adoptadas.



Resultado Líquido do Exercício

A conta 88 recolhe os saldos das contas anteriores.





CAPITULO 6- CONSTRUÇÃO DO BALANÇO

QUESTÕES

Quais as diferenças entre fundos próprios e fundos alheios?

Como deve ser calculado o custo dos inventários vendidos e consumidas?

Que contas devem ser movimentadas para contabilizar o imposto sobre o rendimento?

PLANO

A) Origens e Aplicações de Fundos

Aplicações - Activo

Origens de Fundos Próprios - Capital Próprio

Origens de Fundos Alheios - Passivo

B) Construção do Balanço

Balancetes

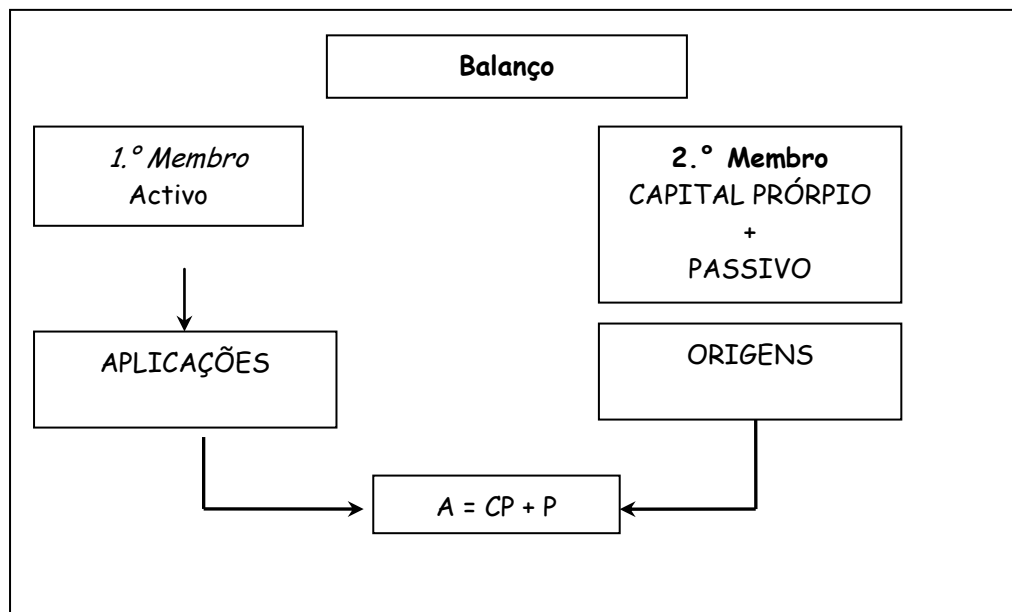
Exemplo da construção de um Balanço

A) ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS

Já por várias vezes, e ao longo de vários exemplos observou balanços, e deles já conhece, para além do conteúdo, a disposição gráfica.

Ora, esta disposição gráfica obedece a um critério fundamental de organização: o da origem e aplicação dos fundos que a empresa gere.

Ou seja :



Quer isto dizer que o balanço, numa perspectiva financeira, não é mais que um mapa de origens e aplicações de fundos, em constante mutação, motivada pela actividade da empresa, que submete a frequentes alterações os seus elementos patrimoniais.

É a partir do balanço que se pode avaliar a situação patrimonial e financeira das empresas.

Em conclusão, podemos dizer que, em cada momento, o:

Balanço é um quadro de dados, estruturado, que nos dá a conhecer a **situação** patrimonial da empresa, a composição do património, as origens, e as aplicações de fundos.

O balanço é elaborado com uma certa periodicidade, geralmente, um ano, com dois objectivos:

- **Apuramento da situação patrimonial** num dado momento - aspecto estático;
- **Determinação dos resultados** num dado período - aspecto dinâmico.

Enumerados os objectivos que o balanço serve, retomemos a questão da sua estrutura e organização.

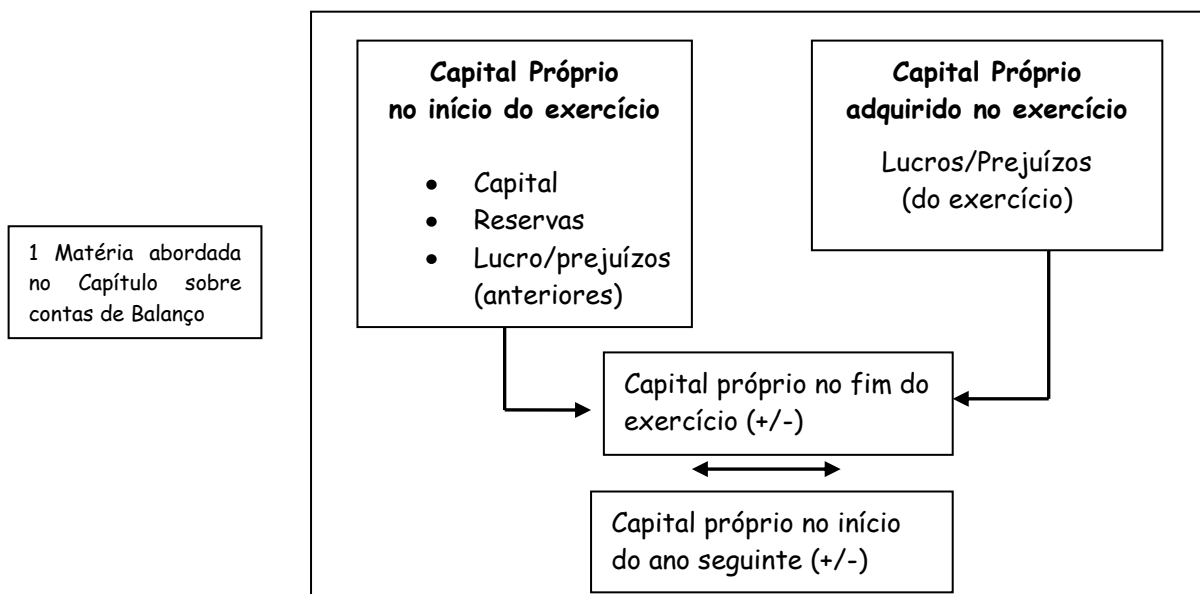
Aplicações - Activo

Conhecendo bem as contas que fazem parte do Activo¹, pode deduzir que as principais **aplicações** de fundos se traduzem em:

- Aquisição de valores dos activos tangíveis para apoio e desenvolvimento da actividade;
- Aquisição de mercadorias, para venda ou para serem integradas num processo de transformação;
- Concessão de facilidades de pagamento a clientes, a curto, médio ou longo prazo;
- Acréscimo de disponibilidades.

Origens de Fundos Próprios - Capital Próprio

Esta rubrica engloba as contas que exprimem o **património líquido** e, portanto, valores abstractos, estruturados da seguinte forma:



Origens de Fundos Alheios - Passivo

Tal como a designação indica, o segundo membro do balanço regista a **origem e o valor** dos fundos que a empresa aplica.

Quanto ao passivo, pode concluir-se que o conteúdo das contas (Empréstimos, Adiantamentos de clientes e Fornecedores) mostra que os fundos alheios têm diversas origens, que se distinguem pelo seu tempo de permanência na empresa.

Por isso mesmo, as origens de fundos alheios desdobram-se no balanço em:

- Médio e longo prazo - além de 1 ano;
- Curto prazo - até 1 ano.

PATRIMÓNIO					
PGC	ACTIVO	N	PGC	CAP. PRÓPRIO E PASSIVO	V
32	ACTIVOS NAO CORRENTES		51	CAPITAL PRÓPRIO	
	Activos Tangíveis	300 000,00		Capital	500 000,00
		300 000,00		Total do capital próprio	500 000,00
22 41 45 412 12 11	ACTIVOS CORRENTES		43 42 44 46	PASSIVO CORRENTE	
	Mercadorias	79 500,00		Empréstimos obtidos	10 000,00
	Clientes	47 500,00		Fornecedores	60 000,00
	Outros Devedores	16 500,00		Estado	4 000,00
	Títulos a receber	72 000,00		Outros Credores	2 500,00
	Depósitos á Ordem	50 000,00		Total do passivo	76 500,00
	Caixa	11 000,00			
	Total do activo	276 500,00		Total do capital próprio e passivo	576 500,00
		576 500,00			

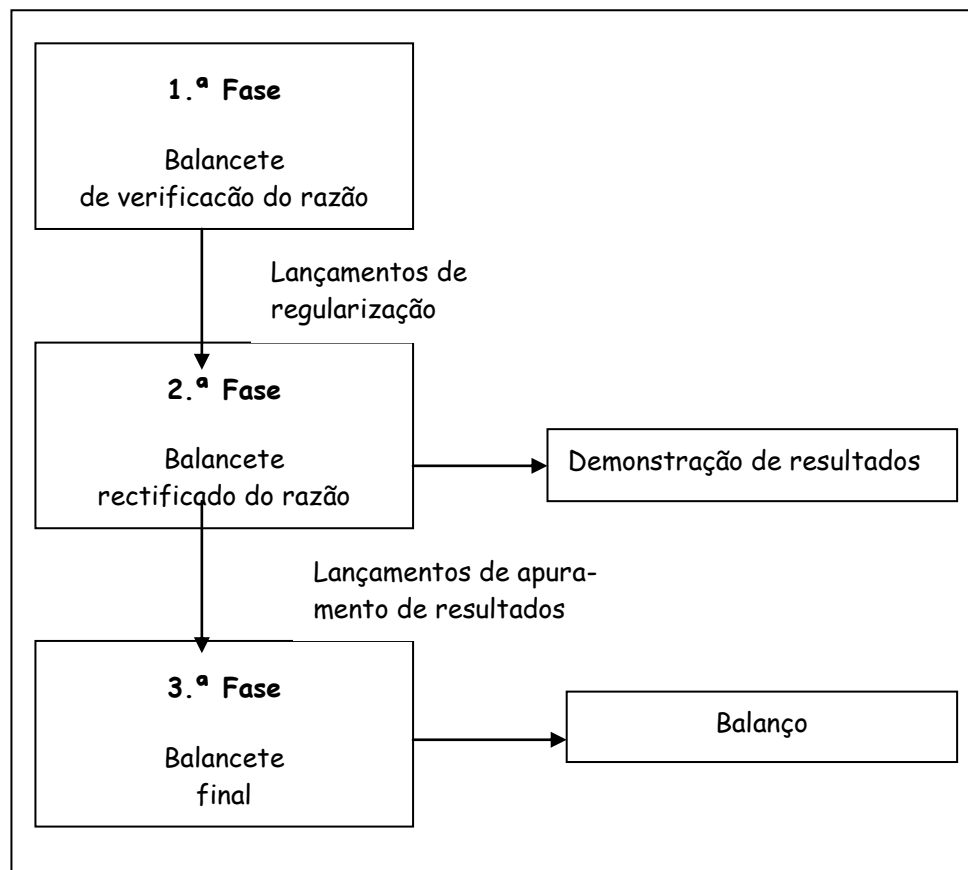
B) CONSTRUÇÃO DO BALANÇO

Agora, para avançarmos, é necessário relacionar as matérias sobre o Património, os Lançamentos dos Factos Patrimoniais e Principais Regras Contabilísticas, que respeita ao processo contabilístico; recorde que:

- A actividade de uma empresa - aplicação dos recursos é contabilizada por ciclos contabilísticos que correspondem ao ano civil;
- A cada ciclo contabilístico é dado o nome **de exercício**;
- A actividade da empresa origina factos patrimoniais registados nas respectivas contas e reunidos periodicamente em balancetes (geralmente, mensais);
- No fim de cada exercício, se produzem os documentos (mapas) finais que reflectem precisamente a actividade da empresa nesse exercício e nos que o antecederam. Os mapas finais são, naturalmente, o balanço e a demonstração de resultados.

No entanto, e para já, interessa-nos o processo de elaboração dos balancetes necessários à construção do balanço.

Esquemáticamente, podemos apresentar as seguintes fases:



Balancetes

No final do exercício, e após a efectivação de todos os lançamentos no razão, elaboram-se os balancetes, em três fases sucessivas:

- 1.ª Fase - Balancete de verificação do razão;
- 2.ª Fase - Regularização das contas e balancete rectificado do razão;
- 3.ª Fase - Apuramento de resultados e balancete final.

Veja-se agora em pormenor como decorre cada fase e como se organizam os respectivos balancetes.

1.ª Fase - Balancete de verificação do razão

O primeiro balancete do razão, é construído directamente a partir das contas do razão, permitindo verificar e comparar os seus valores finais com os constantes da inventariação do património.

2.ª Fase - Regularização das contas e balancete rectificado do razão

A partir do primeiro balancete, a empresa leva a cabo uma série de operações de regularização que vão conduzir ao segundo balancete:

OPERAÇÕES DE REGULARIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Avaliação das mercadorias em existência; Envio de extractos de conta aos seus clientes; Pedido de extractos de conta aos seus credores; Conferência das activos tangíveis;• Acerto das contas relativamente às quais se encontraram diferenças (numerário, mercadorias, investimentos de capital e outras);• Cálculo das amortizações dos activos tangíveis e intangíveis;• Criação de provisões para:<ul style="list-style-type: none">— aplicações financeiras;— depreciação de mercadorias;— créditos de cobrança duvidosa;• Verificação dos custos e rendimentos e ganhos. Os custos suportados e rendimentos recebidos, que dizem respeito a exercícios futuros são transferidos para contas que registam as operações de corte do exercício (49 - Acréscimos e diferimentos).

Efectuadas as regularizações, rectifica-se o balancete, obtendo-se assim o **balancete rectificado do razão** ou segundo balancete do razão.

Concluído este trabalho há que passar à terceira fase.

3.ª Fase - Apuramento de resultados e Balancete final

Nesta fase são transferidos:

- Os custos e perdas e os rendimentos e ganhos ocorridos durante o ano:
 - para a conta 81 - Resultados operacionais;
 - para a conta 82 - Resultados financeiros;
- Os saldos das contas 81, 82:
 - para a conta 83 - Resultados correntes.
- O saldos da conta 83
 - para a conta 88 - Resultado líquido do período

Ou seja:

Os saldos devedores das contas de custos e os saldos credores das contas de proveitos são transferidos, conforme aplicável, para as contas de Resultados. Estando assim disponíveis todos os elementos que vão constar do balanço pode elaborar-se o balancete final.

Construção do Balanço Final

O balanço é elaborado por transferência directa dos saldos das contas do balancete final.

Mas, para melhor entender este processo, acompanhe o seguinte exemplo:

1.ª Fase - Balancete de Verificação do Razão

Este balancete resulta directamente das contas do Razão, a partir do movimento acumulado a **Débito e a Crédito**, com o objectivo de qualificar a diferença entre eles, isto é, apurar os **Saldos**.

Movelux, Lda				
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO RAZÃO EM 31/DEZ/2001				
CONTAS	Movimentos Acumulados		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedores	Credores
11 - Caixa	81 500	81 000	500	
12 - Depósitos à ordem	125 000	122 500	2 500	
123 - Depósitos a prazo	110 000		110 000	
41 - Clientes	16 000	15 000	1 000	
42 - Fornecedores	15 000	18 000		3 000
43 - Empréstimos obtidos ¹		9 000		9 000
44 - Estado e outros entes públicos	9 200	16 000		6 800
21 - Compras	120 000		120 000	
22 - Mercadorias	28 000		28 000	
32 - Imobilizações corpóreas	20 000		20 000	
38 - Amortizações acumuladas		2 250		2 250
51 - Capital		50 000		50 000
62 - Gastos com pessoal	15 000		15 000	
63 - Fornec.e serv.de terceiros	2 600		2 600	
64 - Ajustamentos do período	18 000		18 000	
68 - Outros gastos e perdas operacionais	1 500		1 500	
69 - Gastos e perdas financeiras	3 950		3 950	
71 - Vendas		250 000		250 000
78 - Rendimentos e ganhos financeiros		2 000		2 000
Total	565 750	565 750	323 050	323 050

1 A amortizar em 21/03/0x + 2.

Depois de se proceder ao **Inventário** de fim de exercício, pode-se passar à 2.ª fase.

2.ª Fase - Regularização das Contas e Balancete Rectificado do Razão

3.ª Fase - Apuramento de Resultados e Balancete Final

Para elaborarmos o balancete final (terceira fase), é necessário proceder ao apuramento dos resultados. Vejamos a conta Resultados operacionais que aparece debitada por transfência (crédito) das contas de Gastos e perdas e creditada por transferência (débito) das contas de rendimentos e ganhos .

CAPITULO 7- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

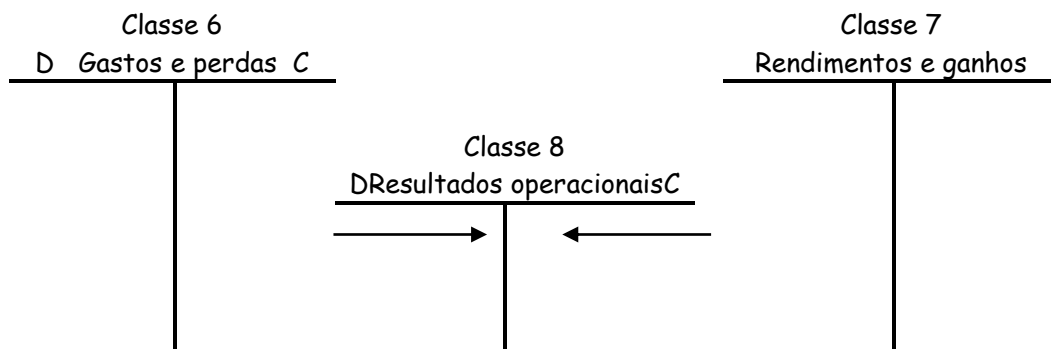
- A) Custo das Vendas
- B) Inventariação das Mercadorias
 - Processo das Etiquetas
 - Processo das Fichas de Armazém
- C) Amortizações e Reintegrações do Exercício
- D) Provisões
- E) Construção da Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados é uma peça fundamental, não só para as empresas (sócios, accionistas), como para todos os que estão interessados na sua vida económica (fornecedores, clientes, Estado). A demonstração de resultados envolve uma série de tarefas muito específicas, sobre as quais já recebeu algumas informações quanto a Contas de Resultados.

Então, vejamos:

já sabe que, na demonstração de resultados é necessário determinar os resultados operacionais confrontando os gastos e perdas (classe 6) com os rendimentos e ganhos (classe 7).



OPERAÇÕES DE FIM DE EXERCÍCIO	
1.º	Procede-se a rectificação das contas;
2.º	Elabora-se o balancete rectificado, que serve de base para elaborar a demonstração de resultados;
3.º	Apuram-se os resultados operacionais, financeiros e extraordinários, pela transferência dos saldos das contas de custos e perdas e de proveitos e ganhos do exercício;
4.º	Apura-se o resultado líquido do exercício pela transferência dos saldos das contas Resultados operacionais, Resultados financeiros e Resultados extraordinários;
5.º	Elabora-se o balancete final, que serve de base para elaborar o balanço.

A) CONSTRUÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados é uma peça contabilística essencial, pois permite entender, não só a natureza e variação do capital próprio mas, sobretudo, o porque dessa variação. Quer isto dizer que nela se explica ou demonstra como surgiram os resultados (lucro ou prejuízo) de um exercício económico.

A demonstração de resultados começa por comparar os custos operacionais com os proveitos operacionais. Deste confronto surgem os resultados operacionais, ou seja, aqueles que se obtêm da actividade que a empresa desenvolve.

CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS
OPERACIONAIS OPERACIONAIS	

Seguidamente, compara os custos e perdas financeiros com os proveitos e ganhos financeiros. Deste confronto, obtêm-se os resultados financeiros, ou seja, aqueles que decorrem de decisões financeiras (financiamentos obtidos, aplicações de excedentes).

CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS
RESULTADOS FINANCEIROS	

A demonstração de resultados permite conhecer, por um lado, os custos e perdas (operacionais e financeiros,) e, por outro lado, os proveitos e ganhos (operacionais e financeiros). Possibilita ainda conhecer os diversos resultados (operacionais, financeiro), evidenciando, no entanto, o seu somatório, isto é, o resultado líquido do exercício.

Leituras Recomendadas

Deixamos-lhe agora algumas indicações bibliográficas para poder, caso considere conveniente, aprofundar o seu estudo sobre a matéria desta Unidade.

LIVRO	
Título	<i>Contabilidade Financeira I e II</i>
Autor	Emília Franco Frazão, Luís Janeiro, Madalena Lucas, João Marques da Cruz
Edição	9.ª Edição
Publicação	Instituto Superior de Gestão Bancária, 2001
Título	<i>Elementos de Contabilidade Geral</i>
Autor	António Borges, Azevedo Rodrigues, Rogério Rodrigues
Edição	15.ª Edição
Publicação	Rei dos Livros, 1997
Título	<i>Contabilidade Financeira</i>
Autor	Carlos Baptista da Costa, Gabriel Correia Alves
Edição	s.e.
Publicação	Rei dos Livros, 1996
Título	<i>Contabilidade das Sociedades</i>
Autor	Gonçalves da Silva, Esteves Pereira
Edição	10.ª Edição
Publicação	Plátano Editora, 1994
Título	<i>Introdução às Normas Internacionais de Contabilidade</i>
Autor	Oliveira Lima, Neves da Silva e Fernanda Colaço, SROC, Lda
Edição	1.ª Edição
Publicação	IAPMEI, 2001
Título	<i>Revista TOC</i>
Autor	Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas
Edição	Mensal
Publicação	Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas
Título	<i>Jornal de Contabilidade</i>
Autor	APOTEC
Edição	Mensal
Publicação	APOTEC

Para Reflexão

Atente na seguinte afirmação:

O Plano Geral de Contabilidade baseia-se no princípio contabilístico da substância sobre a forma, para a contabilização do *leasing* na empresa locatária. Isto é, apesar de o bem pertencer juridicamente à empresa locadora deve ser contabilizado no activo imobilizado e evidenciado no passivo o valor do contrato e, periodicamente, no momento do pagamento das prestações, o passivo é anulado pela amortização do capital.

Concorda com a situação descrita ou pensa que o *leasing* deveria ser contabilizado em custos do exercício, porque se trata de uma renda?

UNIDADE III- INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE BANCÁRIA

INTRODUÇÃO

Nesta unidade vamos explicar a normalização contabilística na actividade bancária, reconhecendo a importância do plano de contas para o sistema bancário e identificando o seu conteúdo.

Iremos destacar algumas normas específicas de contabilização, nomeadamente a contabilização das operações em moeda estrangeira, as operações de títulos, o crédito vencido; e provisões tendo em conta o princípio contabilístico da especialização ou dos acréscimos.

OBJECTIVO

No final desta unidade deverá:

- Reconhecer a especificidade da contabilidade bancária utilizando o plano de contas para o sistema bancário;
- Interpretar as demonstrações financeiras de modo a identificar os elementos de informação e gestão.

CAPITULO 8 -NORMALIZAÇÃO CONTABILISTICA NA ACTIVIDADE BANCÁRIA

QUESTÕES

- Que entidade presta as garantias do Estado?
- Em que momento é aplicado o princípio da periodificação?
- Quais as principais diferenças entre as classes de contas do PGC e do PCSB?

PLANO

- A) Classificação do Plano de Contas**
 - Classificação Decimal
 - Posicionamento das Classes de Contas no Balanço
 - Discrepâncias entre PGC e PCSB
- B) Normas e Princípios Contabilísticos**
 - Normas Gerais
 - Princípios Contabilísticos
- C) Contas do Balanço e Extrapatrimoniais**
 - Definições e Conceitos
 - Contas do Balanço
 - Contas Extrapatrimoniais
- D) Matriz de Coerência - Relação entre Contas Autônomas e Associadas**
 - Caracterização
 - Contas Autônomas e Associadas

A) CLASSIFICAÇÃO DO PLANO DE CONTAS

Classificação Decimal

Porque a componente teórica não deve ser separada da sua aplicação ao quotidiano profissional, convidamo-lo a observar. O Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) que está dividido nas seguintes classes homogêneas:

CLASSES	DESCRIÇÃO
1	• Disponibilidades
2	• Aplicações
3	• Imobilizações
4	• Recursos Alheios
5	• Contas internas e de regularização
6	• Recursos Próprios e equiparados, provisões e resultados
7	• Custos por natureza
8	• Proveitos por natureza
9	• Contas extrapatrimoniais

Consultando o Plano, você pode apurar que o mesmo obedece a uma **classificação decimal**.

Classificação decimal - é um princípio extensível a todos os desdobramentos que é possível estabelecer a partir das contas de 1.º ordem que integram essas classes.

Para melhor elucidação, apresentamos-lhe, de seguida, um quadro com o desdobramento duma conta que seleccionámos a título de exemplo.

1.º ORDEM	2.º ORDEM	3.º ORDEM	4.º ORDEM
32-IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	320 - IMÓVEIS	3200 - DE SERVIÇOS PRÓPRIOS	32000 - TERRENOS 32001 - EDIFÍCIOS 32002 - GRANDES REPARAÇÕES E BENEFÍCIOS
	321-EQUIPAMENTOS	3209 - OUTROS IMÓVEIS	32090 - TERRENOS 32091 - EDIFÍCIOS 32002 - GRANDES REPARAÇÕES
		3210 - MOBILIÁRIO E MATERIAL	
		3211 - MÁQUINAS E FERRAMENTAS	32110 - APARELHAGEM SOM E IMAGEM 32111 - EQUIP.º DE OFICINAS 32112 - MÁQ.ºS USO ADMINISTR. 32119 - OUTROS
		3212 - EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	
		3213 - INSTAL. INTERIORES	32130 - DE ÁGUA ELECT. GÁS TEL. 32131 - EQUIP.º DE TRANSMISSÃO 32132 - MÁQ.ºS USO 32133 - TRANSPORTE ELEVAD. E MONTA-CARGAS 32134 - EQUIP.º DE AMBIENTE 32139 - DIVERSAS INSTALAÇÕES
		3214 - MATERIAL TRANSPORTE 3215 - EQUIP.º DE SEGURANÇA 3219 - OUTRO EQUIPAMENTO	
	322 - PATRIMÓNIO ARTÍSTICO		
	328 IMOBILIZ.LOC FINANCEIRA	3280 - IMÓVEIS 3281 - EQUIPAMENTO	32800 - TERRENOS 328001 - EDIFÍCIOS 32810 - MOBILIÁRIO E MATERIAL 32811 - MÁQ.ºS E FERRAMENTAS 32812 - EQUIP.º DE INFORMÁTICO 32813 - INSTALAÇÕES INTERIORES 32814 - MATERIAL TRANSPORTE 32815 - EQUIP.º DE SEGURANÇA 32819 - OUTRO EQUIPAMENTO
	329 - OUTRAS IMOB. CORPÓREAS	3289 - OUTRAS IMOB. LOC. FINANCEIRAS	

A propósito, tenha presente que:

A criação de novas contas, para além das previstas no plano, é da exclusiva competência do Banco de Moçambique.

Contudo, o desdobramento ou desenvolvimento das contas previstas é livre a nível interno, desde que se enquadrem no âmbito das mesmas

Como facilmente poderá depreender, a concepção e elaboração do Plano, respeitando os princípios básicos da técnica contabilística, teve em atenção as actividades e funções que constituem o objectivo das Instituições de Crédito.

Discrepâncias entre PGC e PCSB

Poder-se-á concluir, dos conhecimentos que já possuía e dos que agora obteve, que nos planos de contas (PCSB e PGC), é **semelhante** a divisão em classes:

- Dez classes, designadas pelos números 1 a 9 e 0.

Existe, portanto, uma aproximação entre os dois planos.

No entanto, da especificidade da actividade bancária ocorrem divergências que o seguinte quadro assinala:

Classes	PGC	PCSB
1	Disponibilidades	Disponibilidades
2	Existências	Aplicações
3	Imobilizações	Imobilizações
4	Terceiros e Antecipações	Recursos Alheios
5	Capital e Reservas	Contas internas e de Regularização
6	Custos por Natureza	Recursos Próprios e Equiparados
7	Proveitos por Natureza	Custos por Natureza
8	Resultados	Proveitos por Natureza
9	Contabilidade Analítica	Contas Extrapatrimoniais

Em termos de estrutura, as diferenças básicas consistem em:

A mais no PCSB

CL. 5 - Contas Internas e de Regularização

- Interdepartamentais
- Custos e Proveitos (antecipados e postecipados)

CL. 9 - Extrapatrimoniais (negócio fora de balanço)

A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS CLASSES REFLECTE, DE FORMA EXPLICITA A APLICAÇÃO DOS SEGUINTE CRITÉRIOS BÁSICOS DE ORDENAÇÃO:

- Natureza do elemento patrimonial
- Sector institucional
- Situação da residência
- Distinção entre moeda nacional e estrangeira;
- Prazo das operações e
- Consideração dos sectores fundamentais da economia.

Esta organização pode ser resumida da seguinte forma:

Hierarquização das classes de contas e suas tipificações	
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade • Aplicações • Imobilizações • Recursos alheios • Contas Internas e de regularização • Recursos próprios e equiparados • Custos por natureza e • Extrapatrimoniais
Sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Sector de actividade <ul style="list-style-type: none"> ➤ Instituições de crédito ➤ Sociedades Financeiras e ➤ Outros • Residência <ul style="list-style-type: none"> ➤ Residente e ➤ Não residente
Prazos das operações	<ul style="list-style-type: none"> • Curto Prazo e • Médio e longo prazo
Unidade de medida	<ul style="list-style-type: none"> • Moeda Nacional e • Moeda estrangeira
Garantias conexas	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia do Estado • Hipotecas • Outras e • Sem Garantia

B) NORMAS E PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

Normas Gerais

Se, no seu dia a dia profissional, desempenha funções ligadas à área contabilística, por certo se apercebeu, ainda que provavelmente de um modo empírico, de determinadas regras a que o processamento contabilístico obedece.

Para que possa ampliar, sistematizar e sedimentar esses conhecimentos, apresentamos de seguida, as principais normas gerais que formam o PCSB.

PRINCIPAIS NORMAS GERAIS DO PCSB
.../...
<p>O Plano de Contas para as instituições de Crédito e Sociedades Financeiras em vigor (Aviso 13/GGBM/99), estabelece uma aproximação às regras e práticas da comunidade bancária internacional e é constituído por nove classes de contas. criação de novas contas bem como a alteração das contas previstas e dos modelos das peças contabilísticas constantes do CAP VI, do PCSB, são da exclusiva responsabilidade do Banco de Moçambique.</p> <p>Internamente, porém, é livre o desenvolvimento das contas previstas, desde que seja respeitado o conteúdo da conta principal.</p> <p>Relativamente às contas extrapatrimoniais poderão ser utilizadas, internamente, as contrapartidas que julguem adequadas.</p> <p>Não são permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores das seguintes contas:</p> <ul style="list-style-type: none">— contas de terceiros;— contas das classes 6, 7 e 8;— contas da classe 5, com excepção das contas "50 - Contas interdepartamentais" e "59 - Outras contas internas". <p>No Razão Geral serão escrituradas apenas as contas de 1.º grau (contas de 2 dígitos).</p> <p>No final de cada mês/as contas "50-Contas interdepartamentais" deverão apresentar saldo nulo.</p> <p>Deve ser integralmente respeitado o princípio da periodificação de resultados, no mínimo, em relação ao final de cada mês</p> <p>.../...</p>

Princípios Contabilísticos

O PCSB contém, igualmente, um conjunto de princípios contabilísticos que são aceites com rigor na generalidade dos sectores de actividade económica.

Esses princípios são intencionalmente referidos no Plano "com o objectivo de que as contas das instituições de crédito apresentem uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira, assim como dos resultados".

Vamos abordá-los.

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS DO PCSB	
Da continuidade	Presume-se que a instituição de crédito continua as suas actividades, não tendo intenção nem necessidade de entrar em liquidação ou de reduzir significativamente a sua actividade.
Da consistência	As regras e procedimentos devem manter e generalizar-se em casos e situações idênticas. É o caso dos critérios valorimétricos que não podem ser modificados de um exercício para o outro.
Da especialização (ou dos acréscimos)	Os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra "pro rata temporis", quando se trate de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês.
Da prudência	As contas devem integrar níveis de precaução exigidos por estimativas realizadas em condições de incerteza, não permitindo, contudo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.
Da substância sobre a forma	A contabilização deve atender à substância das operações e a sua realidade financeira e não apenas à sua forma legal
Da materialidade	As demonstrações financeiras devem evidenciar todos; os elementos que sejam relevantes e que possam afectar avaliações ou decisões de terceiros
Da correspondência do balanço Abertura de um exercício com o do encerramento do exercício precedente	Os saldos de abertura do balanço de um exercício devem ser iguais aos saldos de encerramento constantes do balanço do exercício precedente.
Reconhecimento inicial de activos e passivos financeiros	Um activo ou passivo financeiro deixará de ser reconhecido no balanço quando: a) Substancialmente todos os riscos e benefícios associados com o activo ou passivo tenham sido transferidos para a instituição; e b) O custo ou valor equivalente do activo ou o montante da obrigação assumida possa ser medido com fiabilidade
Descontinuidade do reconhecimento de um activo ou passivo financeiro	Um activo ou passivo financeiro deixará de ser reconhecido no balanço quando: a) Substancialmente todos os riscos e benefícios associados com o activo ou passivo tenham sido transferidos para terceiros e o valor de quaisquer riscos e benefícios retidos podem ser medidos com fiabilidade; e b) O direito subjacente ou a obrigação tenha sido exercido, anulado, cancelado, ou tenha expirado

C) CONTAS DO BALANÇO E EXTRAPATRIMONIAIS

Definições e Conceitos

Antes de referirmos *os* conceitos e definições indispensáveis para uma mais clara e correcta interpretação das regras de enquadramento estabelecidas no PCSB, apresentamos um quadro síntese dos assuntos que desenvolveremos em seguida.

NATUREZA DAS OPERAÇÕES	NATUREZA DOS SUJEITOS	PRAZOS	GARANTIAS	VÍNCULOS COM OUTRAS EMPRESAS
<ul style="list-style-type: none">• Operações de venda com acordo de recompra.• Operações de compra com acordo de revenda.	<ul style="list-style-type: none">• Residentes.• Instituições de crédito.• Sector público administrativo.	<ul style="list-style-type: none">• Disponibilidades à vista.• Muito curto prazo.• Curto prazo.• Médio e longo prazo.	<ul style="list-style-type: none">• Garantia do Estado.• Garantia de outras entidades do sector público.• Activos com carácter subordinado.	<ul style="list-style-type: none">• Empresas coligadas.• Empresas participadas.• Outras empresas.

Note:

As operações a prazo sobre divisas, as operações de bolsa a prazo, as operações de emissão nas quais o emissor se compromete a recomprar todas ou parte das obrigações antes da data do seu vencimento, bem como as outras operações análogas não constituem operações de venda com acordo de recompra na acepção da presente alínea.

Prazos

Do ponto de vista do Plano, os prazos classificam-se da seguinte forma:

- Disponibilidades a vista;
- Muito curto prazo;
- Curto prazo;
- Médio e longo prazo.

Disponibilidades à vista

Consideram-se disponibilidades à vista os montantes que podem ser levantados a qualquer momento, sem pré-aviso, ou para os quais foram estabelecidos um prazo ou pré-aviso de 24 horas ou de um dia útil.

Muito curto prazo

A muito curto prazo dizem respeito as operações cujo prazo de contratação não é superior a 2 dias úteis.

Curto prazo

Chamam-se a curto prazo, todas operações com prazo de contratação até um ano.

Médio e longo prazo

A médio e longo prazo incluem-se todas as operações cujo prazo de contratação é superior a 1 ano.

Contas do Balanço

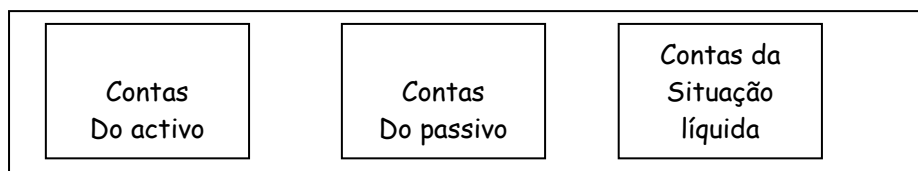
Feita a apresentação dos conceitos e definições, passemos à análise das contas do balanço.

Apesar de existir discrepâncias entre o Plano de Contas para as Instituições de crédito e Sociedades financeiras, e o Plano Geral de contabilidade, a equação fundamental do Balanço é a mesma, senão vejamos:

$$\text{Activo} = \text{Passivo} + \text{Fundos Próprios}$$

Activo	Passivo
1 . Disponibilidades	4. Recursos Alheios
2 . Aplicações	5. Contas internas e de Regularização (saldo credor)
3 . Imobilizações	6. <i>Recurso Próprios e Equiparados</i>
5 .Contas internas e de Regularização (saldo devedor)	
9 . Contas extrapatrimoniais	9. Contas extrapatrimoniais

As contas na sua relação com o património classificam-se em:



Contas do activo

Estas contas agrupam elementos patrimoniais activos, ou seja, representam bens da própria instituição e os direitos que lhe pertencem.

Exemplos: Caixa, Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País, Aplicações em Instituições de Crédito no País, Crédito Interno, Imobilizações Financeiras, Imobilizações Corpóreas, etc

Contas do passivo

Agrupam-se, aqui, os elementos patrimoniais passivos, isto é, elementos que representam obrigações pecuniárias a pagar.

Exemplos: Recursos de Instituições de Crédito no País, Depósitos, Responsabilidades Representadas por Títulos, Credores, etc.

Contas do capital próprio (situação líquida)

Estas contas englobam os valores abstractos que resultam da diferença entre o Activo e o Passivo.

Exemplos: Títulos de Participação e Empréstimos Subordinados, Capital, Reservas, Resultados, etc.

Temos assim que, enquanto as contas do activo e passivo contêm elementos concretos, os da situação líquida são abstractos, dado que se referem apenas à diferença de valor entre aqueles.

O PCSB não consagra de uma forma expressa, as denominadas contas de situação líquida mas, subentende-se, como irá verificar, que estas contas se identificam integralmente com a classe 6 - Capitais Próprios e Equiparados, Provisões e Resultados¹:

Depois desta introdução que visou, sobretudo, permitir uma fácil aplicação dos conhecimentos, que já possuía, na identificação da classificação das contas do balanço consagradas no PCSB, passemos agora à sua análise.

Classe 1 - Disponibilidades

O Banco Barclays mantém no Banco de Moçambique uma conta à Ordem. Esta conta é considerada uma conta de disponibilidades.

Com efeito, o Banco Barclays pode dispor de imediato da importância correspondente a esse depósito.

Desta classe são relevados os valores imediata ou quase imediatamente disponíveis e outros que pela sua natureza, se lhes assemelham.

1. Recorde, o que foi referido anteriormente sobre as equivalências entre classes do PGC e PCSB

É formada pelas seguintes contas de 1º Grau:

10	Caixa
11	Depósito à ordem no Banco de Portugal
12	Disponibilidade s/Instit. De Crédito no País
13	Disponibilidade S/Instit. De Crédito no Estrangeiro
14	Ouro
15	Outros metais preciosos, numismát. E medalhística
16	Disponibilidade sobre o tesouro público
19	Outras disponibilidades

Classe 2 - Aplicações

O Banco Barclays possui contas a prazo em vários Bancos estrangeiros: London Commercial Bank, Banque Commerciale de Paris, etc.

Estas operações activas, realizadas com instituições de crédito estabelecidas no estrangeiro, incluem-se na classe 2, mais especificamente na rubrica "Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro".

Nesta classe estão incluídos todos os valores representativos do conjunto da actividade creditícia.

Incluem-se também as aplicações em títulos que não sejam imobilizações financeiras e, ainda, outras aplicações decorrentes da actividade bancária.

É constituída pelas seguintes contas 1.º Grau:

20	Aplicações em instituições de crédito no país
21	Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro
22	Crédito interno

23	Crédito ao externo
24	Títulos - negociação
25	Títulos investimento
26	Títulos a vencimento
27	Devedores e outras aplicações
28	Crédito e juros vencidos
29	Provisões acumuladas - aplicações

Classe 3 - Imobilizações

O Banco Barclays possui vários imóveis.

Recentemente adquiriu em Póvoa das Barcas mais um, com o objectivo de mudar para lá as instalações da sua agência, nesta cidade.

A relevação contabilística dos imóveis que o Banco Barclays possui é incluída na classe 3, mais precisamente na rubrica "32 - Imobilizações Corpóreas".

Compreende os bens e valores destinados a permanecer na instituição de forma duradoura, incluindo as imobilizações em regime de locação financeira.

Compreende as seguintes rubricas:

30	Imobilizações financeiras
31	Imobilizações incorpóreas
32	Imobilizações corpóreas
36	Imobilizações sem curso
38	Amortizações acumuladas
39	Provisões acumuladas

Classe 5 - Contas Internas e de Regularização

Sempre que o Banco Barclays concede crédito aos seus clientes, com juros postecipados, os juros a receber pelo crédito concedido representam-se contabilisticamente.

A representação contabilística desses juros a receber é feita na rubrica "51 - Proveitos a Receber".

Regista as relações entre departamentos da própria instituição, os diferimentos de receitas e despesas, os custos e proveitos imputados a pagar e a receber e, ainda, todas as operações que não são imediatamente regularizadas ou cujo tratamento contabilístico exige a utilização de contas de passagem ou de controlo.

Note:

Algumas das contas desta classe poderão assumir natureza devedora ou credora, dela dependendo o seu posicionamento no balanço; no momento próprio assinalaremos essas contas.

50	Contas interdepartamentais
51	Proveitos a receber
55	Despesas com custo diferido
56	Flutuação de valores
58	Outras contas de regularização
59	Outras contas internas

Contas do Passivo

As contas do passivo agrupam-se nas seguintes classes:

- Classe 4 - Recursos Alheios;
- Classe 5 - Contas Internas e de Regularização.

Classe 4 - Recursos Alheios

Sempre que no Banco Barclays:

- *Um cliente particular efectua um Depósito à Ordem;*
- *Uma empresa abre um Depósito a Prazo;*

Ou outro cliente constitui qualquer tipo de depósito neste Banco, ter-se-á de proceder à representação contabilística dos depósitos dos clientes.

Esta representação contabilística inclui-se na rubrica "42 - Depósitos".

Esta classe compreende a totalidade dos capitais alheios, que, independentemente da forma processual como as instituições atingem a sua posse e da transitoriedade da sua permanência, constituem a fonte principal para as suas aplicações.

Engloba as seguintes contas:

40	Recursos de instituições de crédito no país
41	Recursos de instituições de crédito no estrangeiro
42	Depósitos
43	empréstimos
44	Responsabilidades representadas por títulos
45	Outros recursos
46	Credores
49	Outras exigibilidades

Classe 5 - Contas Internas e de Regularização

Os depósitos que todos os clientes possuem, por exemplo, a prazo, no Banco Matola, vencem juros.

A representação contabilística dos juros a pagar por esses D.P. é feita na rubrica "52 - Custos a Pagar".

Âmbito já abordado nas contas do Activo.

50	Contas interdepartamentais
52	Custos a pagar
54	Receitas com proveito diferido
56	Flutuação de valores
58	Outras contas de regularização
59	Outras contas internas

Como no início deste tópico referimos, o Plano inclui, na classe 6, contas que se identificam com a situação líquida, embora tenha desaparecido esta terminologia.

Contas do Capital Próprio (Situação Líquida)

Classe 6 - Capitais Próprios e Equiparados, Provisões e Resultados

Inclui todas as contas representativas de capitais próprios e equiparados e de provisões, com exclusão das deduzidas as correspondentes contas do Activo (contas 29 e 49), bem como as contas de apuramento de resultados do exercício.

Envolve as seguintes contas:

C	60	Títulos de participação e títulos subordinados
O	61	Provisões diversas
N	62	Capital
R	63	Reservas
T	66	Resultados transitados
A	67	Resultados
S	68	Impostos sobre lucros do exercício
	69	Resultados do exercício

Extrapatrimoniais

Contas Extrapatrimoniais: são as que envolvem a relevação de responsabilidades ou compromissos assumidos pelo Banco ou pelos demais sujeitos perante este, e que não houve ainda fluxo patrimonial ou de exploração.

Envolve as seguintes contas do 1.º Grau:

90	Garantias prestadas e outros passivos eventuais
91	Garantias recebidas
92	Compromissos perante terceiros
93	Compromissos assumidos por terceiros
94	Operações cambiais de taxas de juro e sobre cotações
95	Responsabilidade por prestação de serviços
96	Serviços prestados por terceiros
97	Garantias reais
99	Outras contas extrapatrimoniais

D) MATRIZ DE COERÊNCIA - RELAÇÃO ENTRE CONTAS AUTONOMAS E ASSOCIADAS

E)

Caracterização

Como já referimos neste Capítulo, o Plano teve em atenção as actividades e funções que constituem o objectivo das instituições de crédito.

Demonstrámos, ainda, que entre as classes de contas era possível estabelecer relações.

É nesta perspectiva que a estrutura classificativa do PCSB foi organizada, tendo como objectivos principais:

- Atenuar a grande extensão da lista de contas;
- Permitir uma fácil interpretação e utilização das contas.

Contas Autónomas e Associadas

Tomemos como exemplo a seguinte operação:

- A concessão de crédito a um cliente residente.

Esta operação, a concessão de crédito, envolve uma relação entre contas:

- Autónomas;
- Associadas.

Contas autónomas - são as contas patrimoniais e/ou extrapatrimoniais que revelam as operações bancárias.

O elenco destas contas incide sobre as classes: 1, 2, 3, 4 e 9.

Contas associadas¹ - são as contas que registam os resultados das operações bancárias e as responsabilidades e direitos delas emergentes.

Na elaboração do Plano, existiu a preocupação de estabelecer uma relação coerente entre estes dois tipos de contas.

Esta relação de coerência entre contas é representada, no PCSB, por um quadro de dupla entrada que se denomina **matriz de coerência**.

MATRIZ DE COERÊNCIA								
CONTAS AUTÓNOMAS	CONTAS ASSOCIADAS							
	51 - Proveitos a receber	52 - Custos a pagar	56 - Flutuação de valores	70 - Juros e custos equiparados	72 - Prejuízos em operações financeiras	80 - Juros e proveitos equiparados	82 - Comissões	83 - Lucros em operações financeiras
14 - Ouro			5614		7214			8314
22 - Crédito interno	5122					8022		
25 - Títulos investimento	5125					8025		
32 - Depósitos		5232		7032				
951 - De cobrança de valores							8251	

1. As Contas associadas têm origem nas seguintes Contas de 1.º Grau:

51 - PROVEITOS A RECEBER / 52 - CUSTOS A PAGAR / 54 - RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO / 55 - DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO / 56 - FLUTUAÇÃO DE VALORES / 70 - JUROS E OUTROS CUSTOS EQUIPARADOS / 71 - COMISSÕES / 72 - PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES/ FINANCEIRAS / 80 - JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS / 81 - RENDIMENTOS DE TÍTULOS / 82 - COMISSÕES / 83 - LUCROS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

CAPITULO 9- NORMAS ESPECIFICAS DE CONTABILIZAÇÃO

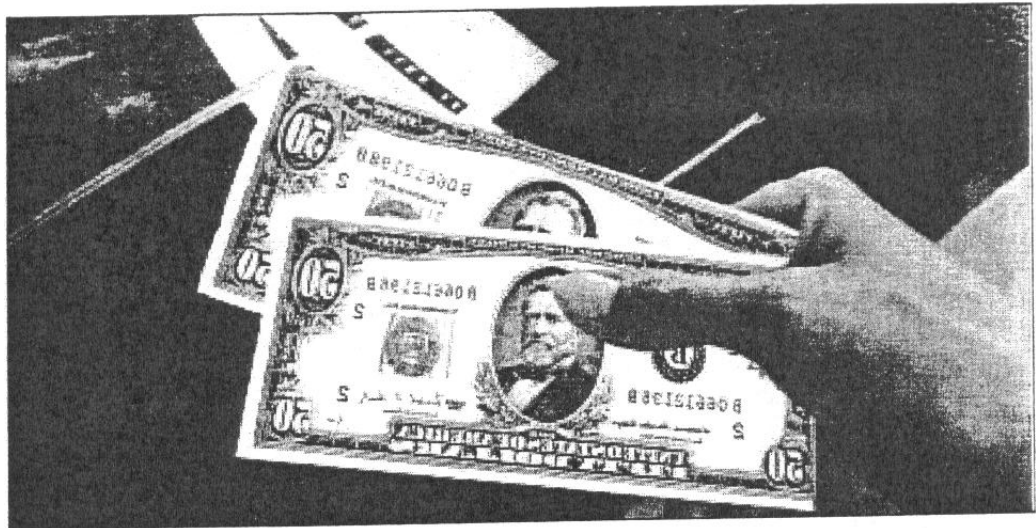
QUESTÕES

- Que operações com efeito cambial conhece?

PLANO

- A) Operações em Moeda Estrangeira
- B) Operações de Títulos
- C) Periodificação de Custos e Proveitos
- D) Crédito Vencido e Provisões
- E) Contas Interdepartamentais

A) OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA



O Metical é a unidade monetária com que as instituições bancárias Moçambicanas, basicamente, operam. Esta Unidade traduz numericamente os activos e passivos nas referidas instituições.

No entanto os bancos possuem igualmente valores activos e passivos expressos em moedas estrangeiras.

Este facto coloca questões de natureza contabilística que se preendem com:

- A impossibilidade de se juntar na mesma estrutura contabilística unidades monetárias diferentes¹;
- O apuramento de resultados;
- A integração de estruturas contabilísticas em unidades diferentes.

As notas e moedas estrangeiras, são registadas na entrada ao preço de aquisição e as saídas pelo valor da venda.

No final de cada mês, a existência de moeda estrangeira será avaliada ao câmbio oficial de divisas, do dia, divulgado a título indicativo pelo Banco de Moçambique e as diferenças apuradas serão relevadas na respectiva subconta 720 - prejuízos e diferenças de relevação da posição cambial, ou, 830 - Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial.

Neste tópico vamos estudar o sistema operativo Multi Currency cujas principais características são:

- Consagrar a existência de um razão com as respectivas contas para cada moeda, isto é, USD, MZM, ZAR, Etc.
- o saldo dessas contas define a posição cambial em cada moeda: credora se os activos superam os passivos e devedora no caso contrario.
- estes razoes articulam como razão meticais, onde existe a posição cambial com saldos simétricos aos das posições em moeda estrangeira.

Exemplo:

Se um determinado Banco comprar um cheque no valor de 100 000 dólares à taxa de USD/MZM 1.14, esta operação, após a conversão e as necessárias movimentações contabilísticas, fica representada do seguinte modo:

USD	
1390 - Disp. s/inst. Créd. Est.- dep. à ordem	59 000-Posição cambial à vista - divisas
100 000	100 000

- Estes razões articulam-se com o razão **MZM** onde existe a Posição Cambial com saldos simétricos ao das posições em moeda estrangeira.

MZM	
vendedor do cheque	59 000-Posição cambial à vista - divisas
114 000	114 000

- O apuramento de resultados efectua-se mais de acordo com a realidade do mercado de câmbios e as situações de risco envolvidas.

Esquema de Contabilização

O esquema de contabilização da moeda estrangeira, previsto no PCSB, tem por objectivo:

- O controlo contabilístico das operações;
- A correcta representação dos elementos do activo, do passivo e das responsabilidades extrapatrimoniais;
- O acompanhamento da posição cambial.

Os procedimentos contabilísticos, nas operações em moeda estrangeira, diferem em função do efeito que estas tem sobre a posição cambial.

Podemos, deste modo, definir dois grupos de operações:

- **Operações com efeito cambial** - são as operações que implicam variação no saldo dos valores expressos em moeda estrangeira.

Exemplo: Compra e venda de moeda; integração de resultados na moeda de conversão (MZM).

- **Operações sem efeito cambial** - são as operações que não implicam variação no saldo dos valores expressos em moeda estrangeira.

Exemplo: Constituição ou aceitação de depósitos; Concessão ou obtenção de créditos.

As operações em moeda estrangeira com objecto de procedimento contabilístico específico, são as seguintes:

- Operações cambiais à vista;
- Operações cambiais a prazo;
- Operações cambiais *swap*.

OPERAÇÃO CAMBIAL À VISTA	OPERAÇÃO CAMBIAL A PRAZO	OPERAÇÃO SWAP
O Banco Barclays compra ao seu cliente Manuel Fortunato e Ca., um cheque no valor de USD 1 M a 24,00 MT	O Banco Barclays decide contratar com o seu cliente Antunes e David, Lda., uma venda de USD1M a efectuar daqui a 90 dias, ao câmbio de 25,00MT	O Banco Barclays vende de imediato ao seu cliente Fonseca Jorge, S.A., 1 M USD por 25.000.000,00MT, com a condição de num prazo de 90 dias comprar o mesmo valor de USD por 24.000.000,00MT.(camb 24,00)

Operação cambial à vista - é uma operação efectuada de imediato (normalmente 2 dias após a data do contrato).

Operação cambial a prazo - é uma operação de venda a preço fixo, cuja movimentação de fundos será efectuada numa data futura, logo, para além de 2 dias úteis após a data de contratação.

Operação cambial de *swap*- é uma operação de compra (venda) de uma moeda por outra, à vista, e venda (compra) a prazo do mesmo montante da primeira moeda, em oposição a um montante contratado da segunda.

Neste momento, reforçou a sua ideia de que as operações em moeda estrangeira não têm todas o mesmo grau de complexidade.

Se por um lado, no seu dia a dia profissional, efectua, por exemplo, câmbios de moedas, já não terá acesso a operações cambiais a prazo ou *swap*.

Retomemos, então, a situação mais corrente, de uma operação cambial à vista:

Uma das questões que se levantam, nas operações cambiais à vista, é a reavaliação da posição cambial.

Observe o quadro que o PCSB define relativamente aos critérios valorimétricos.

B) PERIODIFICAÇÃO DE CUSTOS E PROVEITOS

Um cliente particular do Banco Barclays aplicou as suas poupanças num depósito a prazo de 180 dias, que renderá um juro no montante de 6 000 Mt.

O Banco, por sua vez, com o dinheiro captado procederá à sua colocação junto dos agentes económicos que dele necessitam para as suas actividades.

Eis uma situação representativa da principal função dos bancos no sistema económico - a intermediação financeira.

Mas estas captações e colocações de capitais obedecem a prazos previamente estabelecidos no acto da contratação e a elas estão associados custos (juros passivos) e proveitos (juros activos) que embora se vençam em data pré-determinada, traduzem a remuneração do capital por todo o tempo da sua utilização, seja ela efectuada pelos:

- Bancos (depósitos, certificados de depósitos, obrigações);
- Clientes (crédito concedido)

No caso anterior, o prazo estabelecido foi de 180 dias e os juros passivos referentes ao capital utilizado pelo Banco atingiram 6 000 Mt a liquidar no vencimento.

Mas como se traduzem contabilisticamente os Juros?

Não faria sentido que, por exemplo, no caso anterior, o Banco apenas procedesse à contabilização dos juros passivos na data de pagamento.

A técnica contabilística possui meios para ultrapassar esta questão, os quais se encontram consagrados no actual PCSB

Este processo designa-se por **periodificação** e resulta da aplicação do princípio da especialização temporal.

A **periodificação** consiste na transformação dos pagamentos e recebimentos (fluxos descontínuos) em custos e proveitos (fluxos contínuos) adequados aos recursos e aplicações a que respeitam.

A transformação dos fluxos descontínuos em contínuos é feita através das seguintes contas da classe 5.

FACTORES PATRIMONIAIS		CONTAS PARA REGULARIZAÇÃO SEGUNDO A CONCRETIZAÇÃO NO TEMPO	
DESCONTÍNUOS	CONTÍNUOS	POSTECIPADA	DIFERIDA
Recebimentos	Proveitos	51 - Pró v. a receber (D)	54 - Receitas com proveito diferido (C)
Pagamentos	Custos	52 - Custos a pagar (C)	55 - Despesas com custo diferido (D)

Como poderá observar neste quadro as contas a movimentar estão relacionadas com o momento da concretização dos pagamentos e recebimentos.

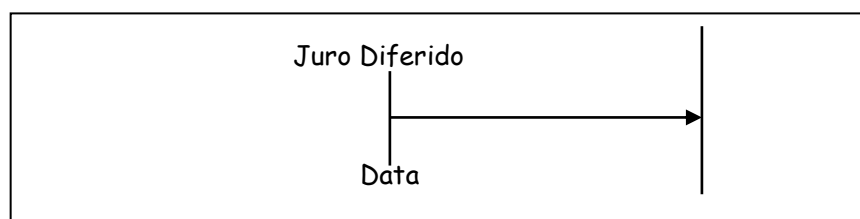
De facto, temporalmente, os pagamentos e recebimentos referem-se a uma **data** e os seus transformados fluxos contínuos (custos e proveitos) a um período.

TEMPORALMENTE	
Pagamento e recebimento	Custos e Proveitos
Data	Período

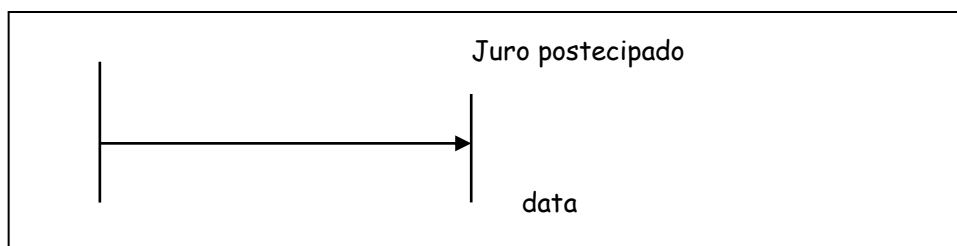
Mas relativamente à **data** verificam-se dois tipos de situação, consoante ela se situe no início ou no fim do período.

Assim:

- Juro (custo ou proveito) diferido se o pagamento ou recebimento se verifica no início.



- Juro (custo ou proveito) postecipado se o pagamento ou recebimento se verifica no início.



Dos valores calculados, resultariam os seguintes lançamentos contabilísticos:

523212 – Custos a pagar		PERIODIFICAÇÃO	703212 – Juros e Custos equiparados	
	77,78	Março	77,78	
	145,83	Abril	145,83	
	150,69	Maio	150,69	
	145,83	Junho	145,83	
	150,69	Julho	150,69	
	150,69	Agosto	150,69	
	53,48	Setembro	53,48	
		Para crédito ao cliente	32 – Depósitos	
			699,99	
		Pelo imposto a entregar ao Fisco	39.02 – Retenção impostos na fonte	
			175	

C) CRÉDITO VENCIDO E PROVISÕES

PCSB determina, no que respeita ao crédito em situação de incumprimento, um escalonamento temporal do crédito e juros vencidos em função do período decorrido após o respectivo vencimento ou, no caso das prestações vincendas, o período decorrido após a data em que tenha sido formalmente apresentada ao devedor a exigência da sua liquidação.

A relevação contabilística do crédito e juros vencidos, por regularizar, processa-se na tonta:

28 - Crédito e Juros Vencidos

A relação entre as suas subcontas e as contas de aplicações que originariamente registavam o crédito, antes deste entrar em situação de incumprimento, é estabelecida pelo PCSB.

A contabilização do crédito (capital) e juros vencidos, têm especificidades.

Assim, atente na:

- Contabilização do capital;
- Contabilização dos juros;

em crédito e juros vencidos.

Contabilização do Capital

São transferidos para a conta 28 todos os créditos (capitais) que se encontrem por regularizar, independentemente da sua titulação, decorridos, no máximo, trinta dias sobre o seu vencimento.

No entanto a instituição pode efectuar a sua transferência logo que entenda que estão esgotadas as possibilidades de uma regularização imediata.

É dado o mesmo tratamento às prestações de capital contratualmente previstas para períodos futuros mas que, por razões de não cumprimento de uma das prestações (de capital ou de juros) possam, nos termos legais, considerar-se vencidas e em relação às quais existam dúvidas quanto à sua cobrabilidade.

28 - Créditos e Juros Vencidos	
Capitais vencidos	

Contabilização dos Juros

São transferidos para a conta 288 os juros vencidos na data em que a cobrança se deveria ter efectuado, ficando a aguardar naquela conta pelo período máximo de 3 meses.

Findo este período, e na ausência da respectiva liquidação, processar-se-á a sua regularização contabilística, de acordo com os critérios definidos num quadro que poderá consultar nos textos de apoio, sob o título "Critérios de Contabilização dos Juros Vencidos".

Classificação Temporal do Crédito Vencido

Se consultar, de novo, o PCSB verá que cada sub rubrica de capital e juros da conta "28 - Crédito e juros vencidos" se encontra igualmente sectorizada em rubricas de ordem inferior, designadas por classes de I a V.

Estas subdivisões têm por objectivo reflectir o escalonamento temporal do crédito, em função do período decorrido após o respectivo vencimento.

A permanência em cada uma das classes é determinada pelos seguintes prazos:

CLASSES	PRAZOS
Classe I	Até 3 meses
Classe II	Mais de 3 meses e até 6 meses
Classe III	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano
Classe IV	Mais de 1 ano mas não superior a 3 anos
Classe V	Mais de 3 anos

Provisões

Caracterização/Movimentação Contabilística

No fim do último exercício, a contabilidade do Banco Barclays apresentava, relativamente às contas abaixo indicadas, os seguintes saldos:

28200 - Crédito interno vencido - capital - cl. I	= 50 000
28201 - Crédito interno vencido - capital - cl. II	= 3 000
28202 - Crédito interno vencido - capital - cl. III	= 40 000
28203 - Crédito interno vencido - capital - cl. IV	= 14 000
28204 - Crédito interno vencido - capital - cl. V	= 80 000
2902 - Provisões acumuladas - aplicações - - p/crédito vencido - p/crédito interno	=50 000

De acordo com o PCSB as rubricas extrapatrimoniais podem ser movimentadas em partidas simples.

Contas de Provisões

que se destinam estas contas

As **Provisões** destinam-se a fazer face a encargos com prejuízo do exercício ou a ele imputáveis, de verificação já comprovada ou de comprovação futura, mas sempre de montante, ainda desconhecido ou indeterminado.

Os contabilistas do Banco, antes de procederem à movimentação contabilística adequada, têm de ter em conta:

- As provisões que, segundo o PCSB, podem ser criadas;
- Os limites das provisões;
- As contas de balanço que as registam;
- As contas de exploração que relevam o correspondente custo;
- O esquema de movimentação das contas de provisões.

Os custos ou perdas do exercício para efeitos fiscais, vêm enumerados no art.º 33.º do código do IRC.

Os **limites** impostos pela Legislação significam os quantitativos máximos que são aceites como custos fiscais, podendo esses limites ser ultrapassados desde que o excesso seja tributado.

O que se refere ao sistema bancário, o referido artigo remete as provisões fiscalmente redutíveis como custos para a disciplina própria imposta pelo Banco de Portugal.

Apresentamos-lhe, a seguir, os pontos mais importantes das referidas **Normas**:

1 Aviso do
BPn.º 3/95

Não são passíveis de dar lugar à constituição de provisões os activos existentes sobre determinadas entidades, bem como aqueles que pelas mesmas se encontram garantidas ou, ainda, as operações extrapatrimoniais negociadas por sua conta ou com a sua garantia.

Deverão ser constituídas provisões para¹ crédito vencido (conta 290) de forma a que relativamente aos créditos vencidos registados nas contas 280, 281, 282, 283, 284, 287 o seu saldo represente as percentagens máximas seguintes:

D) CONTAS INTERDEPARTAMENTAIS

Caracterização

A actividade de um determinado Banco desenvolve-se não apenas através de um único órgão ou unidade, mas com recurso a estabelecimentos espalhados pelo país inteiro, para além de órgãos centrais vocacionados para determinadas operações de carácter mais especializado.

Claro que, entre todos estes órgãos, se estabelecem relações patrimoniais que se materializam em grande parte através de **transferências internas de valores**, de que são exemplo:

- Remessas de numerário (notas e moedas nacionais e estrangeiras);
- Envio de cheques, letras, ordens de pagamento, títulos, etc.

Estas transferências são sempre objecto de tratamento contabilístico próprio, quer a montante, quer a jusante do circuito.

Deste modo, se permite o balanceamento patrimonial dentro dos diversos órgãos da instituição e o controlo dos valores em trânsito.

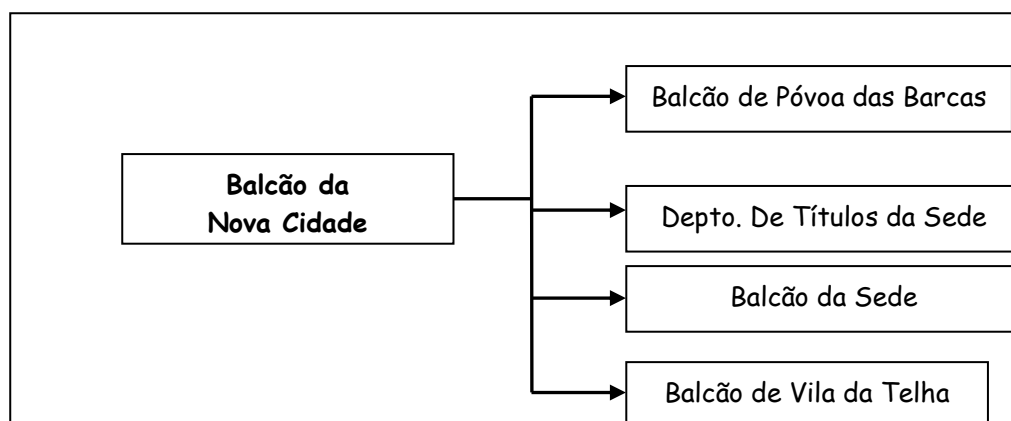
De acordo com o PCSB, esta movimentação deve ser efectuada através da rubrica.

50 - Contas Interdepartamentais
--

De acordo com o que referimos anteriormente, todas estas transferências internas de valores têm tratamento contabilístico, no balcão do banco origem.

No entanto todas estas transferências têm uma contrapartida, em termos contabilísticos, nas áreas de recepção dos referidos valores.

Na situação que acabámos de apresentar, estabeleceu-se uma relação patrimonial entre umas unidades orgânicas:



Assim, a rubrica "50 - Contas Interdepartamentais "obedece às seguintes regras de movimentação:

NATUREZA DO MOVIMENTO TRANSFERIDO	ÓRGÃOS	
	ORIGEM	DESTINO
	Débito	Crédito
	Crédito	Débito

Os saldos desta conta em cada unidade reflectem, pois, a sua posição devedora ou credora perante o sistema (banco).

Após a elaboração da correspondência a todos os lançamentos emitidos, a conta, a nível do banco, deve apresentar-se saldada, ou seja, ter saldo nulo, no fim de cada mês.

Se a verba for devedora, significa que o Imposto dedutível é superior ao Imposto liquidado, pelo que esse valor ser-lhe-á reembolsado pelo Fisco.

Neste caso, o saldo da referida conta será transferido para a conta, 270010 - Imposto s/ o Valor Acrescentado - a recuperar - reporte de crédito de Imposto

se a instituição pretender reportar aquela importância a seu favor para o período seguinte.

Ou poderá, ainda, ser transferido para a conta,

- 270011 - Imposto s/ o Valor Acrescentado - a recuperar - reembolsos pedidos.

Leituras Recomendadas

Deixamos-lhe agora algumas indicações bibliográficas para poder, caso considere conveniente, aprofundar o seu estudo sobre a matéria desta Unidade.

LIVRO	
<i>Título</i>	<i>Contabilidade Bancária</i>
<i>Autor</i>	José Carvalho Ventura, Américo Rego Curado
<i>Edição</i>	10.ª Edição
<i>Publicação</i>	Instituto de Formação Bancária, 2000

<i>Título</i>	<i>Análise Financeira de Bancos</i>
<i>Autor</i>	Luís Canelas Alves, Inês Cruz Tavares
<i>Edição</i>	6.ª Edição
<i>Publicação</i>	Instituto Superior de Gestão Bancária, 2001

Para Reflexão

A Administração Fiscal considera custos do exercício as provisões para créditos de cobrança duvidosa constituídas de acordo com o artigo 35º do IRC para a generalidade das empresas mas para as instituições de crédito aceita as instruções do Banco de Moçambique publicadas pelo aviso ...

Em sua opinião será conveniente uniformizar esta situação? Que argumentos utilizaria para fundamentar a sua opinião?

Nota:

Para reflectir sobre esta questão aconselhamos a leitura cuidada dos respectivos documentos.

BIBLIOGRAFIA

BORGES; António;
RODRIGUES; Azevedo;
RODRIGUES; Rogério;

BAPTISTA DA COSTA; Carlos
ALVES; Gabriel;

FRAZÃO; Emília Franco;
JANEIRO; Luís;
LUCAS; Madalena
MARQUES DA CRUZ; João;

VIEGAS DA SILVA; Helder;
MATOS; Maria Adelaide;

VENTURA; José Carvalho;
CURADO; Américo Rego;

ALVES; Luís Canelas;
TAVARES; InêsCruz

**ELEMENTOS DE
CONTABILIDADE GERAL,**
Rei dos Livros, 15.ª Edição, 1977

CONTABILIDADE FINANCEIRA,
Rei dos Livros, s.e, 1996

**CONTABILIDADE FINANCEIRA I
E II,** Instituto de Formação
Bancária, 9.ª Edição, 2001

**A EMPRESA E A
CONTABILIDADE,** Texto Editora,
6.ª Edição, 1991

CONTABILIDADE GERAL
Instituto de Formação Bancária,
12.ª Edição, 1997

CONTABILIDADE BANCÁRIA,
Instituto de Formação Bancária,
10.ª Edição, 2000

**ANÁLISE FINANCEIRA DE
BANCOS,** Instituto de Formação
Bancária; 6.ª Edição, 2001

INSTITUTO DE FORMAÇÃO BANCÁRIA DE MOÇAMBIQUE (IFBM)

O Instituto de Formação Bancária de Moçambique (IFBM) é uma instituição que tem por objecto a formação técnicoprofissional através da organização, gestão e realização de cursos, seminários, estágios e outras actividades afins. O seu principal objectivo é apoiar a qualificação técnica da população bancária. No entanto, o IFBM estende a sua acção no domínio da formação financeira a instituições e empresas de outros sectores e a todos os que o procuram a título individual.

Desde a sua criação em 1994 (Diploma Ministerial Nº 76/94 de 25 de Maio), o IFBM contribuiu para a formação e aperfeiçoamento de centenas de quadros da banca, um sector dinâmico e muito competitivo da economia moçambicana, e de outras empresas e instituições.

A acção do IFBM abrange vários níveis da formação técnicoprofissional, oferecendo já um conjunto de propostas de formação diversificada, procurando dessa forma responder às necessidades dos bancos e dos outros sectores da actividade económica.

Além da clássica formação em sala de aula, com cursos de curta e média duração, o IFBM privilegia as metodologias modernas de formação, nomeadamente a Auto-Formação e o Ensino à Distância (Diploma Ministerial Nº 156/96 de 18 de Dezembro), levando deste modo a formação a todo o território nacional. Na verdade, aposta-se sobretudo no indivíduo como agente da sua própria formação, e igualmente responsável pelo sucesso relativamente aos objectivos propostos pela instituição.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO BANCÁRIA DE MOÇAMBIQUE

